



# Relatório e Contas

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A

do exercício findo em 30 de Junho de 2023

## ÍNDICE

	PÁGINA
I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	32
V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	33
VI. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	38
VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	39
VIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	40
IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	41
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	42

## I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA

**Nome da Entidade:** Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH, SA)

**Número de Registo Comercial:** 13 259

**Número Único de Identificação Tributária (NUIT):** 400 102 961

### Conselho de Administração:

- Arsénio Mabote (Presidente do Conselho de Administração)
- Fernando Faustino (Administrador)
- Fahim Mahomed (Administrador)

### Conselho Fiscal:

- Miquelina Menezes (Presidente)
- Bruno Munguambe (Primeiro Vogal)
- Filipe Masquil (Segundo Vogal)

### Assembleia Geral:

- Manuel Mazuze (Presidente)
- Maria Uache (Secretária)
- Iolanda Matsinhe (Secretária)

**Director Executivo:** Joaquim Veríssimo

### Estrutura Accionista

- Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%)
- Governo de Moçambique (20%)
- Investidores Privados Nacionais (10%)

**Capital Social:** MT 593 411 500 (USD 25 286 649)

**Número de Acções:** 5 934 115 (593 411 acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique)

**Audidores:** KPMG Auditores e Consultores, S.A.

**Bancos:** Standard Bank South Africa, ABSA Mozambique Lda e FNB Moçambique, Millennium BIM, BCI, MOZA, Nedbank, Letshego e Bayport.

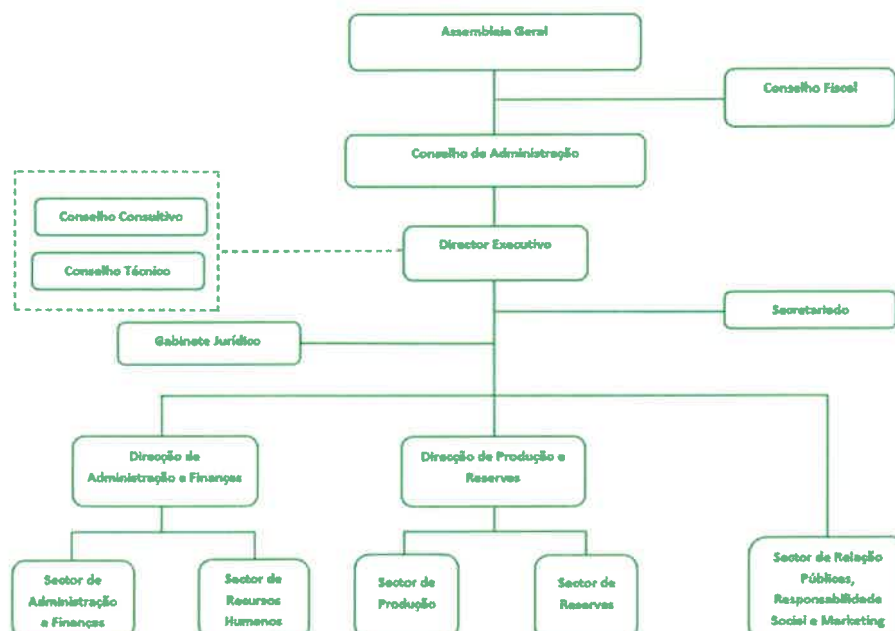
**Endereço:** Av. Julius Nyerere, n° 4003, Bairro da Polana Caniço “A”  
Maputo – Moçambique

**País de Constituição:** A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.

**Visão da CMH:** Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado moçambicano.

**Missão da CMH:** Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.

### Estrutura da CMH:



## II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Temos o prazer de apresentar as Demonstrações Financeiras auditadas do exercício findo em 30 de Junho de 2023.

Este ano financeiro foi caracterizado por uma subida significativa dos preços de petróleo como resultado de restrições do fornecimento de petróleo no mercado internacional bem como uma gestão criteriosa e orientada ao resultado, o que impactou positivamente os nossos réditos.

Pode-se verificar, através das Demonstrações Financeiras, que a CMH reportou um total do rendimento integral (lucro líquido) de USD 67 019 270, o que representa um aumento substancial quando comparado com o resultado líquido do exercício financeiro de 2022. Este aumento substancial do resultado foi essencialmente devido ao seguinte:

- Aumento dos preços do petróleo conforme mencionado acima;
- Ligeiro aumento da produção devido aos novos furos perfurados Infill de Pande (Pande-28, Pande-29, Pande-30 e Pande-31) que contribuíram para uma taxa média de produção equivalente a 77,5MMGJ/a;
- Menor custo operacional em comparação com as supunções do orçamento; e
- Gestão criteriosa e orientada ao resultado.

No entanto, ainda temos desafios quanto à disponibilidade de reservas provadas para garantir o fornecimento de gás no âmbito dos contratos assinados. Durante este exercício financeiro investimos em alguns furos adicionais em Pande, que alcançaram o comissionamento em Dezembro de 2022 e continuamos a investir em outros furos adicionais nos campos de Pande e Temane.

Um dos principais desafios é investir e executar projectos dos furos Infill do PEDOP e projectos de compressão do PEDOP para recuperar mais gás dos reservatórios de Pande e Temane, e sustentar a produção a médio e longo prazos, tendo em conta que os volumes de produção destes furos proporcionarão flexibilidade adicional e mitigação contra problemas de integridade dos existentes que estão em produção a muito tempo nos campos de Temane e Pande.

Não obstante os constrangimentos referidos, como nosso desiderato, continuamos comprometidos em pagar níveis satisfatórios de dividendos aos nossos accionistas, o que tem

sido uma prática corrente.

No dia 29 de Setembro de 2022, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária em que os accionistas da CMH aprovaram a distribuição de dividendos referentes a 100% do lucro líquido, apurado no exercício financeiro de 2022, os quais foram integralmente pagos.

Portanto, no presente exercício, a CMH pagou aos seus accionistas um montante total de USD 36 923 477 em Outubro de 2022 e em Abril de 2023.

Relativamente aos impostos e contribuições, a CMH pagou um montante total de USD 38 263 208 ao Estado, dos quais 95% representam imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRPC), 4% impostos sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS) e 1% contribuições destinadas à segurança social (INSS).

A CMH continuou a observar uma política de investimentos a curto prazo, dos fundos que constituem reservas nas contas onshore e offshore, tendo obtido juros que melhoraram os resultados financeiros, quando comparados com o ano financeiro transacto.

No que refere à responsabilidade social empresarial (RSE), a CMH continua a dar o seu contributo para os projectos sociais no âmbito das operações conjuntas (JO), bem como, através de contribuições directas.

A CMH contribuiu com um montante total de USD 2 343 774 para a implementação de projectos sociais que visam complementar o esforço do Governo na promoção do desenvolvimento e bem-estar das comunidades moçambicanas.

No âmbito da operação conjunta, e no que diz respeito ao conteúdo local, temos o compromisso de continuar a implementar iniciativas que garantam o desenvolvimento local, promovendo oportunidades de negócios, privilegiando as entidades de capitais moçambicanos.

No mercado de valores mobiliários - Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), as acções da CMH continuaram a ser transaccionadas, sendo que, durante este ano financeiro, verificou-se uma variação negativa do preço da acção da CMH de 2 800 Meticais para 1 600 Meticais.

Em termos de formação profissional, em 2023, continuamos a dar muita atenção às necessidades de capacitação e treinamento dos colaboradores com vista a garantir o desenvolvimento dos recursos humanos adequados às exigências da instituição.

Em termos de segurança, saúde e meio ambiente, continuamos a reportar um nível de desempenho satisfatório por parte do Operador.

Continuámos a honrar todos os nossos compromissos observando as boas práticas de gestão relacionadas aos dividendos, impostos e outras obrigações, numa base regular.

Continuamos comprometidos com a transparência, integridade e o combate a qualquer tipo de negligência, fraude ou corrupção no nosso negócio. Todos os nossos relatórios anuais são divulgados através do jornal de maior circulação publicado no país e na nossa página da internet.

Concluindo, gostaríamos de estender a nossa sincera gratidão e apreço a todos aqueles que acreditam em nós e que têm apoiado de uma forma directa e indirectamente a nossa empresa, mormente em tempos difíceis.

É neste sentido que endereçamos os nossos agradecimentos aos membros do Governo Moçambicano, aos nossos accionistas, parceiros, colaboradores, que sempre nos encorajaram a continuar a construir esta empresa como o veículo da participação de moçambicanos no empreendimento de gás natural de Pande & Temane.

Maputo, 30 de Agosto de 2023



Arsénio Mabote

Presidente do Conselho de Administração

### III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2023.

#### 1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (*JO - Joint Operation*) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). São parceiros da operação conjunta, a Sasol Petroleum Temane (SPT), uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (SEPI), com participação de 70%, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%. A SPT é a Operadora nos campos de Pande e Temane.

A operação conjunta (Consórcio) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane (Moçambique) e a Central de Processamento (CP). O gás natural e condensado é produzido nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. O gás depois de processado na CP é então transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea, transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul. Na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos de toma para o mercado doméstico.

No projecto inicial, a CP havia sido projectado para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, principal cliente, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram em expandir a produção de Pande e Temane e da CP em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído aos seguintes projectos no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (MGC) com 8 MGJ/ano.



Em 2015 foi atribuído à ENH um adicional de 2 MGJ/a e um total de 9 MGJ/a foi reservado para o imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. A produção de condensado é vendida à Petromoc na CP e presentemente é transportado para o porto da Matola.

De modo a cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de gás, houve necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CP de 183 para 197 MGJ/ ano, através de um capital mínimo, efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de “*Debottlenecking*” na CP.

Como parte da extensão do período do *plateau*, foi executada a primeira fase de compressão de baixa pressão, tendo o projecto alcançado o seu fecho durante o ano financeiro de 2017. Os testes para funcionamento (RFC) da segunda fase e o início das operações (BO) foram alcançados em Setembro de 2018. Os testes de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) da terceira fase do projecto de compressão de baixa pressão (LPC) foram alcançados em 2019 e o projecto foi concluído.

No AF19, o primeiro furo horizontal do PPA (Pande - 27), para sustentar o *plateau (infill wells)* de 197MGJ / ano, foi perfurado com sucesso.

No AF20, iniciou a campanha de perfuração (MERIC) com objectivo de restaurar a integridade dos furos e perfurar novos furos (*infill wells*). O objectivo do projecto de Restauração da Integridade dos furos, é de reparar determinados furos de produção por meio de “*workover*” e abandonar permanentemente (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção. O projecto de perfuração dos furos (*infill wells*) visa otimizar a recuperação das reservas de gás existentes e auxiliar no cumprimento das obrigações contratuais do PPA em vigor.

No AF21, após a suspensão da campanha de perfuração devido ao covid 19, as operações MERIC foram retomadas no AF22, onde o furo Temane-9 foi selado e abandonado (P&A) e o segundo furo horizontal (Pande-28) do PPA foi perfurado e testado com sucesso, com o início das operações (BO) já alcançado.

No AF23, no âmbito da campanha de perfuração MERIC, o furo T-15 foi selado e abandonado, e três novos furos horizontais (P-29, P-30 e P-31) da tranche-2 foram perfurados e testados com sucesso, tendo sido comissionados (BO) em Dezembro de 2022. Esses furos contribuíram com gás adicional que cumpriu com as obrigações contratuais ao abrigo dos GSAs existentes.



## 2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

### 2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) do exercício findo a 30 de Junho de 2023, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 113 727 194, conforme segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF23	AF22
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho
Receita bruta	132 779 111	100 169 781
Vendas: Gás Natural	129 326 366	96 161 722
Vendas: Condensado	3 452 745	4 008 059
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(1 371 668)	(1 656 586)
Receita líquida após royalties	131 407 443	98 513 195
Despesas operacionais relacionadas à operação conjunta	(17 680 249)	(22 754 432)
<b>Resultado operacional da CMH na operação conjunta</b>	<b>113 727 194</b>	<b>75 758 763</b>

O resultado operacional da CMH na operação conjunta ascendeu 50% em relação ao exercício de 2022 (AF22). O aumento é devido maior volumes de venda, gestão de custos e maiores preços no mercado internacional.

## 2.1 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

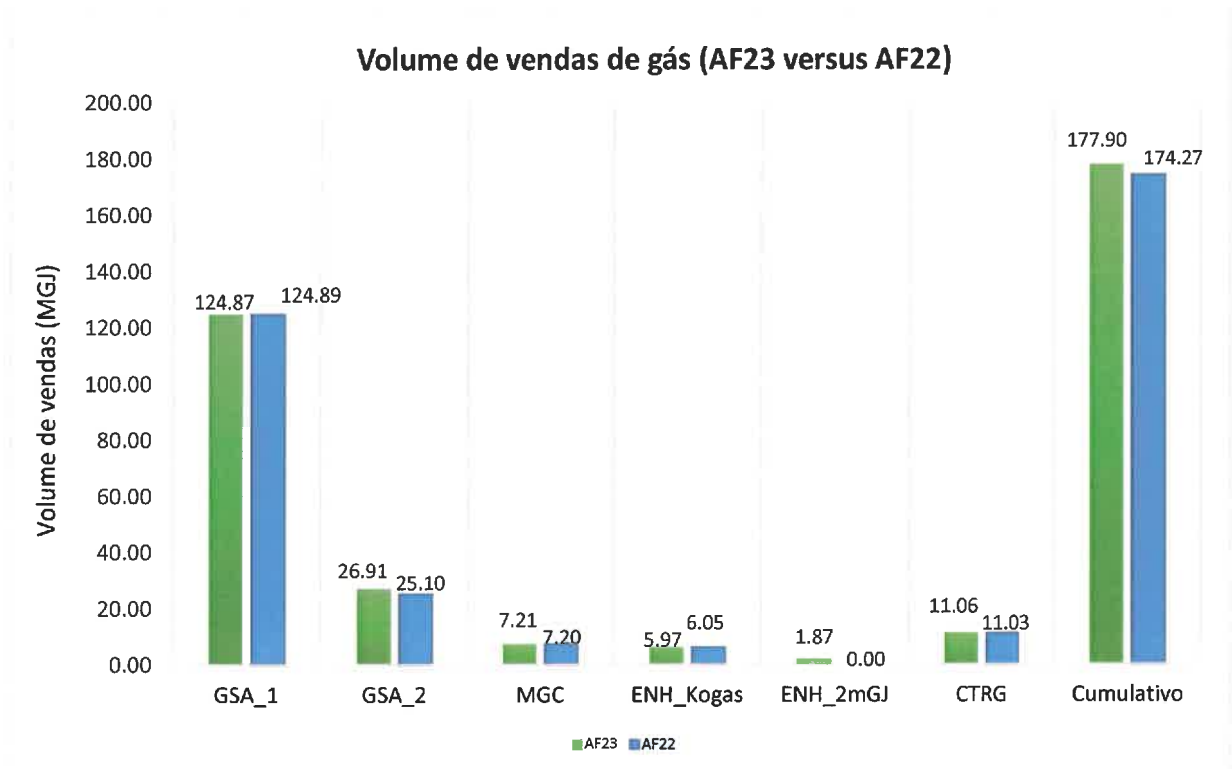
### 2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

O volume de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2023 (AF23), findo em 30 de Junho de 2023, é o seguinte:

Volume de vendas da operação conjunta (100%)	Unidade	AF23	AF22	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	MGJ	124.87	124.89	-0.02
Gás Natural - GSA 2	MGJ	26.91	25.10	7.22
ENH-Kogas	MGJ	5.97	6.05	-1.27
MGC	MGJ	7.21	7.20	0.16
CTRG	MGJ	11.06	11.03	0.30
GSA ENH 2mGj	MGJ	1.87	0.00	100.00
<b>Cumulativo das vendas de gás</b>	<b>MGJ</b>	<b>177.90</b>	<b>174.27</b>	<b>2.09</b>
Condensado	Bbl	252,895.61	261,700.87	-3.36
Imposto sobre a produção de petróleo	Unidade	AF23	AF22	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás levado em espécie	MGJ	6.41	4.80	33.54
Preço médio de vendas	Unidade	AF23	AF22	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1 (a)	USD/GJ	3.18	2.26	40.71
Gás Natural - GSA 2	USD/GJ	2.94	2.18	34.86
ENH-Kogas	USD/GJ	2.21	1.99	11.06
MGC	USD/GJ	2.94	2.18	34.86
CTRG	USD/GJ	2.98	2.68	11.19
GSA ENH 2mGj	USD/GJ	2.74	2.47	10.93
Condensado	USD/Bbl	54.61	61.26	-10.86

(a) - Inclui gás em excesso.

O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela acima em termos de volume de vendas de gás (AF23 versus AF22).

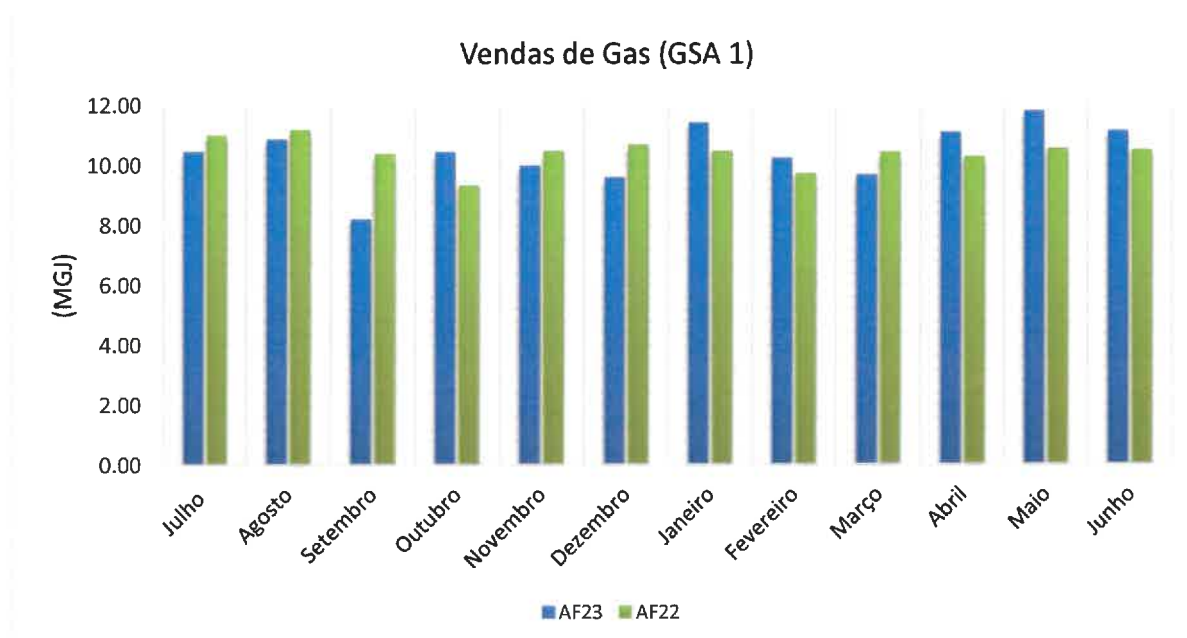


Como se pode ver a partir da tabela acima, o volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2023 (AF23) foi de 2.09% superior em relação ao período anterior de 2022, devido às seguintes razões:

- Verificaram-se maiores entregas de gás em relação às encomendas realizadas pela compradora Sasol Gas ao abrigo dos contratos GSA2, MGC e CTRG, e encomendas ligeiramente inferiores ao abrigo dos contratos GSA 1 e ENH KOGAS. No entanto, o volume total de vendas foi superior quando comparado com o mesmo período de AF22, que foi impactado positivamente pela retomada de levantamentos de gás pela ENH 2mGJ durante o AF23.
- Além disso, com o benefício das operações dos furos LPads em Dezembro de 2022, o gás em falta foi mitigado face a maiores encomendas das compradoras, e por conseguinte, as penalizações por incumprimento de disponibilização das quantidades de gás adequadamente encomendadas foram reduzidas. No entanto, durante o período em análise, a operação na CP sofreu vários problemas operacionais nas unidades-chave, bem como a limitação no fornecimento de gás a partir dos campos face a capacidade limitada causada por problemas de integridade dos furos, o que impactou negativamente a produção em certos períodos do ano.

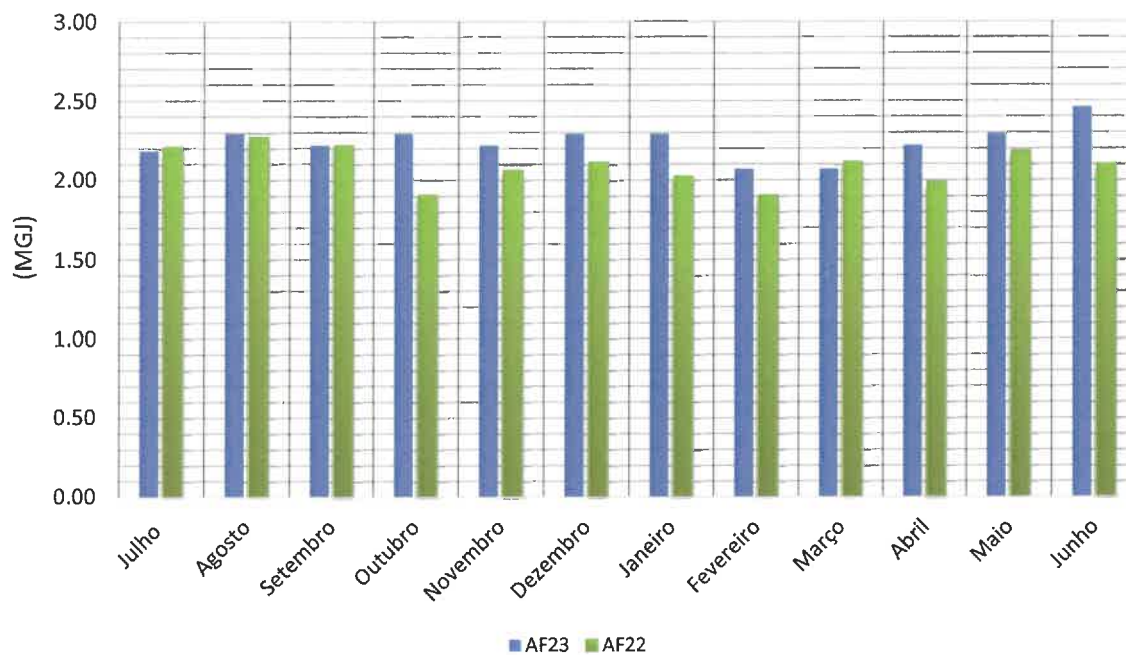
Durante o período em apreço, a manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar as avarias no equipamento de produção, com o objectivo de reduzir paragens de produção na planta. Contudo, houve avarias de equipamento e paragens de produção, que resultaram em perdas de produção na CP, conforme descrito mais adiante na secção 2.4.2.

Os gráficos a seguir mostram a evolução da produção de gás e dos preços durante o ano financeiro 2023 (AF23) em relação ao período anterior de 2022 (AF22) tanto para o gás natural, como para o condensado.



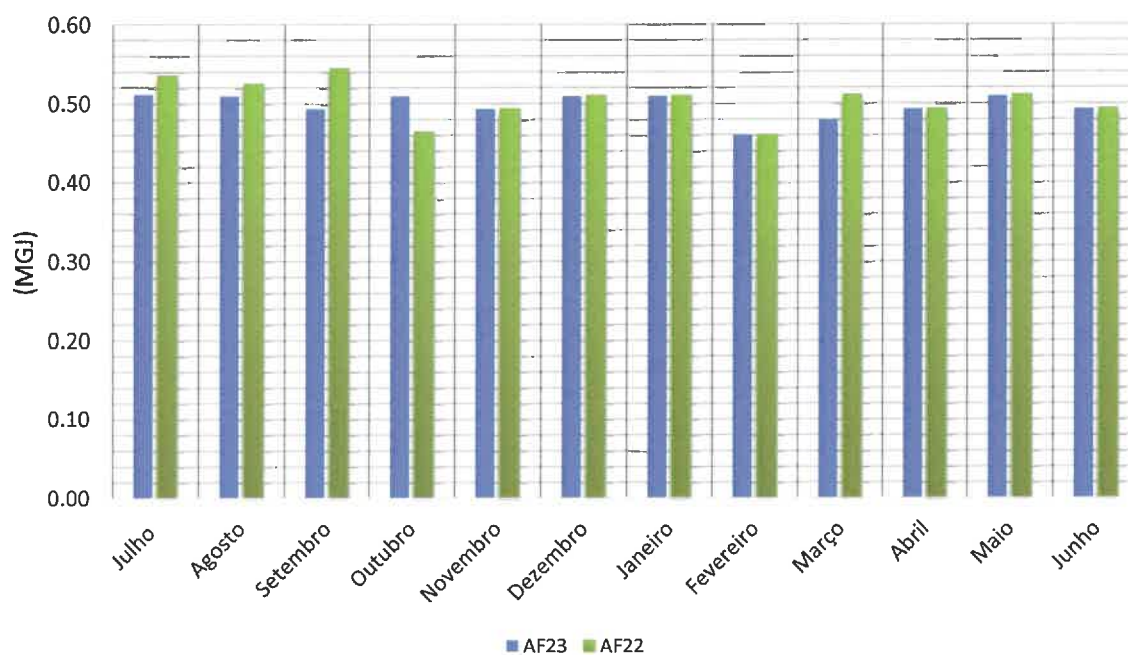
Pode-se ver no gráfico acima que no AF23, o volume de vendas de gás do contrato GSA1 foi 0.02% inferior em relação ao AF22, devido a menores entregas de gás à Sasol Gas.

### Vendas de Gas (GSA 2)



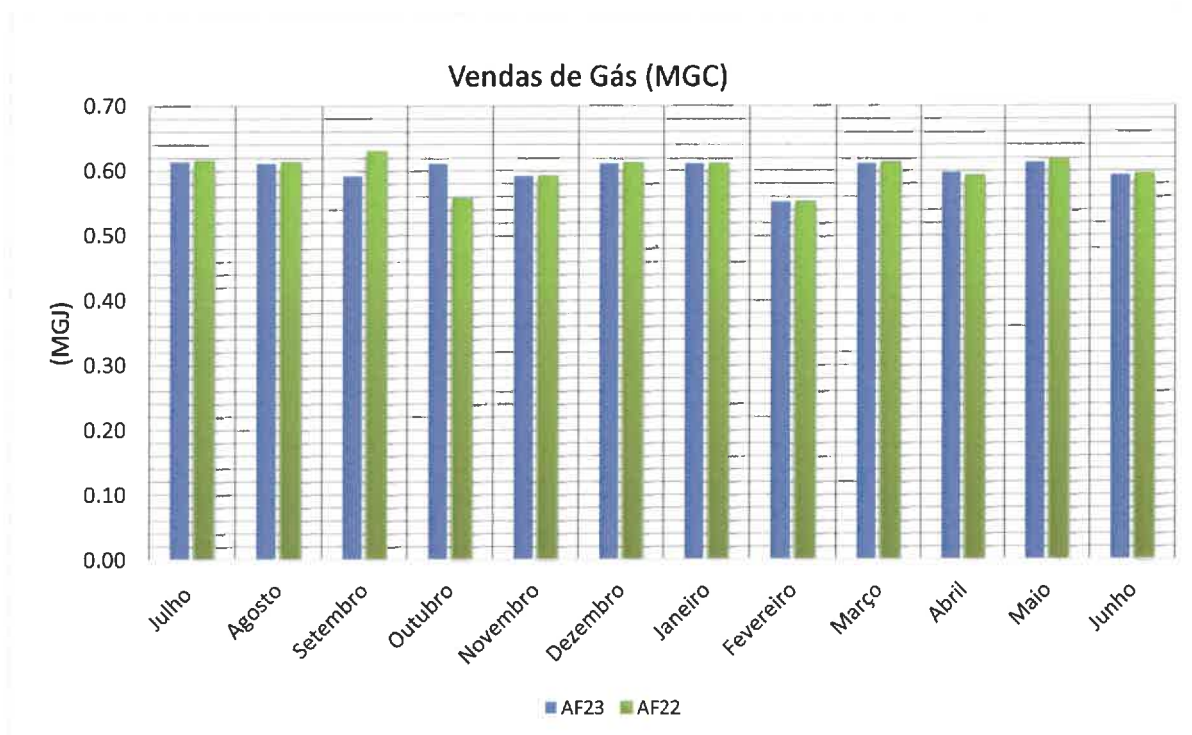
O volume de vendas, nos termos de contrato GSA2 no AF23, foi 7.22% superior em relação ao período anterior (AF22), devido a maiores entregas de gás à Sasol Gas.

### Vendas de Gás (ENH-KOGAS)

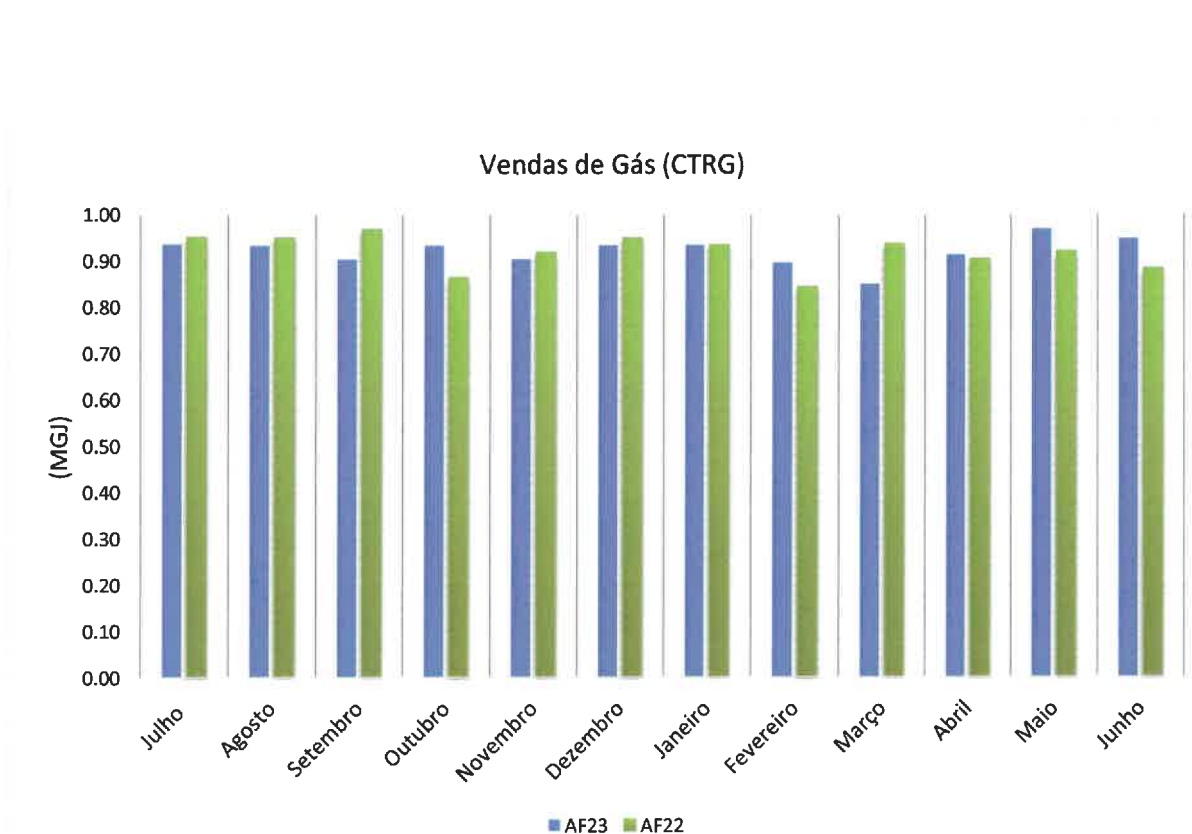




O volume de vendas, nos termos de contrato da ENH-KOGAS do AF23, foi 1.27% inferior em relação ao período anterior (AF22), devido a menores entregas de gás à ENH-KOGAS.

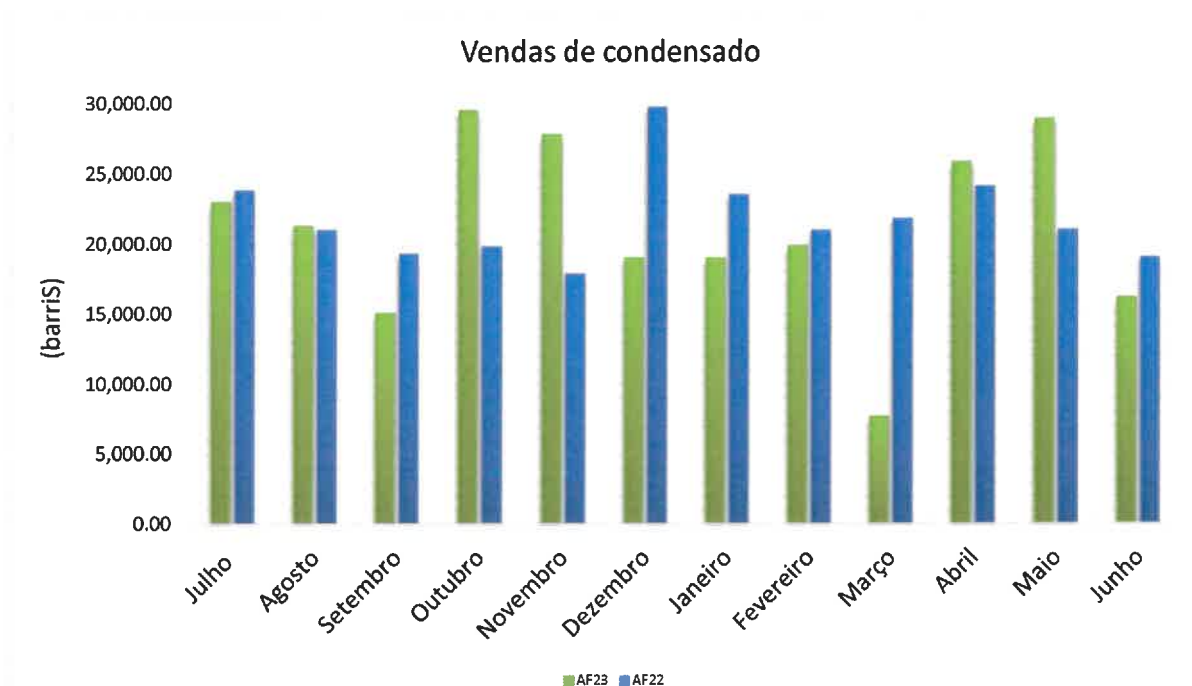


O volume de vendas, nos termos de contrato da MGC do AF23, foi 0.16% superior em relação ao período anterior (AF22), devido a maiores entregas de gás à MGC.





O volume de vendas, nos termos de contrato da CTRG do AF23, foi 0.30% superior em relação ao período anterior (AF22), devido a entregas de gás ligeiramente maiores à CTRG.

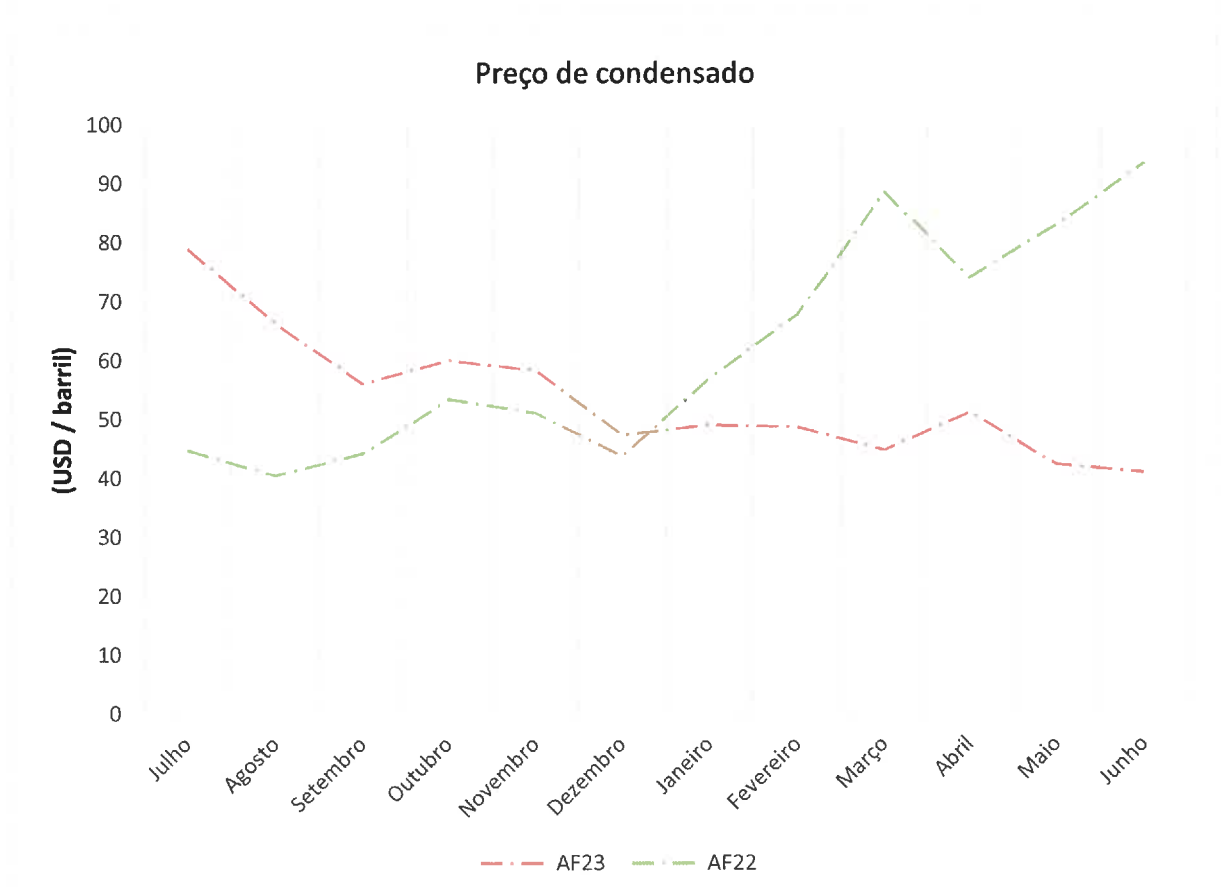
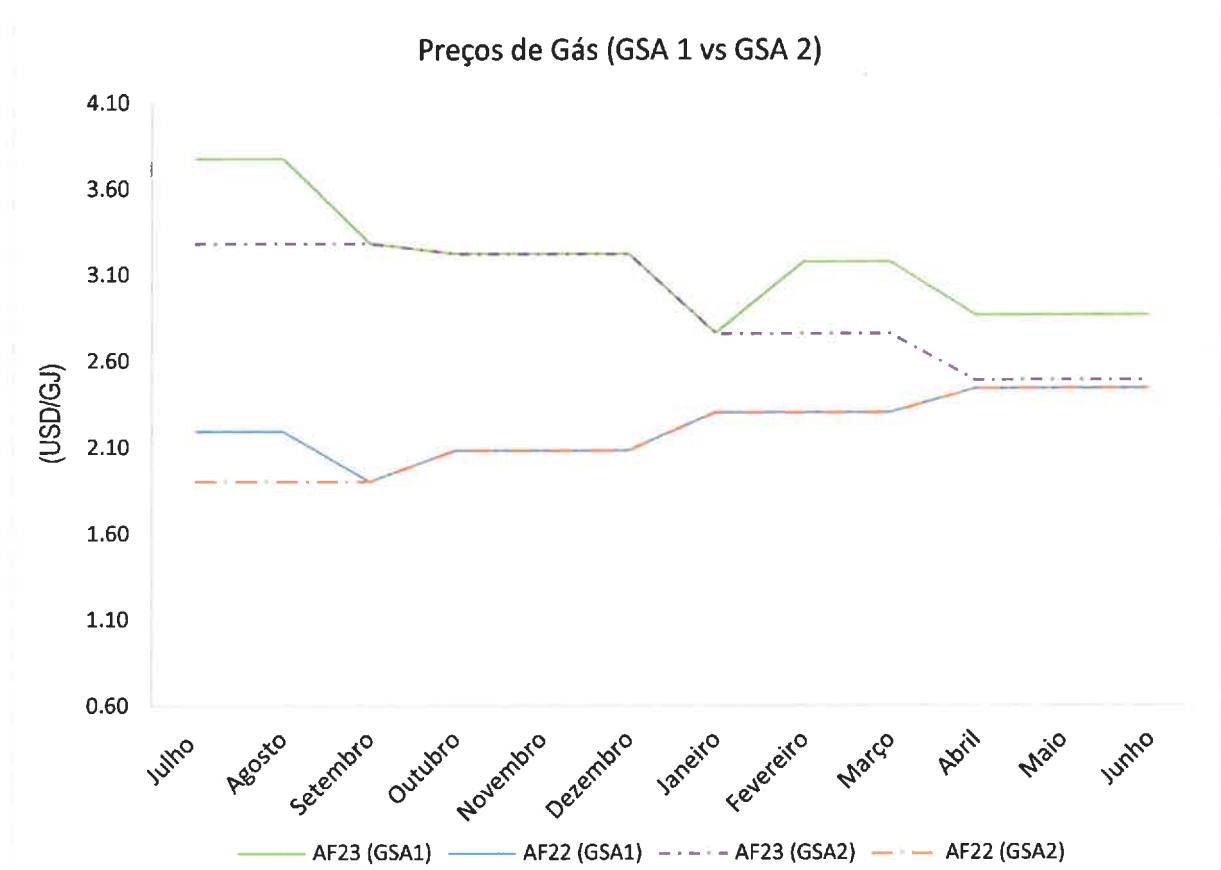


Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas inferior para o AF23, na ordem de 3.36%, em relação ao período anterior (AF22). A redução ocorreu devido a interrupções no carregamento de condensado em determinados dias dos meses de Setembro, Dezembro, Março e Junho de AF23. As interrupções foram causadas por desafios operacionais e questões de segurança do sistema de gestão do terminal de carregamento de condensado.

Além disso, os rácios de produção de condensado versus gás, tem diminuído devido à depleção da pressão dos reservatórios, o que tem contribuído para uma menor produção do condensado. Não obstante, o facto da maior parte da produção do gás ser proveniente do reservatório de Pande, que contém poucos líquidos em comparação aos reservatórios de Temane.

## 2.2.2 Preço de Gás Natural e Condensado

No geral, os preços de venda do gás natural para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2023 foram superiores comparativamente ao mesmo período de 2022 (AF22), devido à variação positiva dos indicadores de preços durante o período em apreço, no entanto, o preço praticado para a venda de condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2023 foi inferior comparativamente ao ano anterior (AF22), devido à queda de preços do Petróleo bruto (Brent) no mercado internacional durante o período em apreço.



### 2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

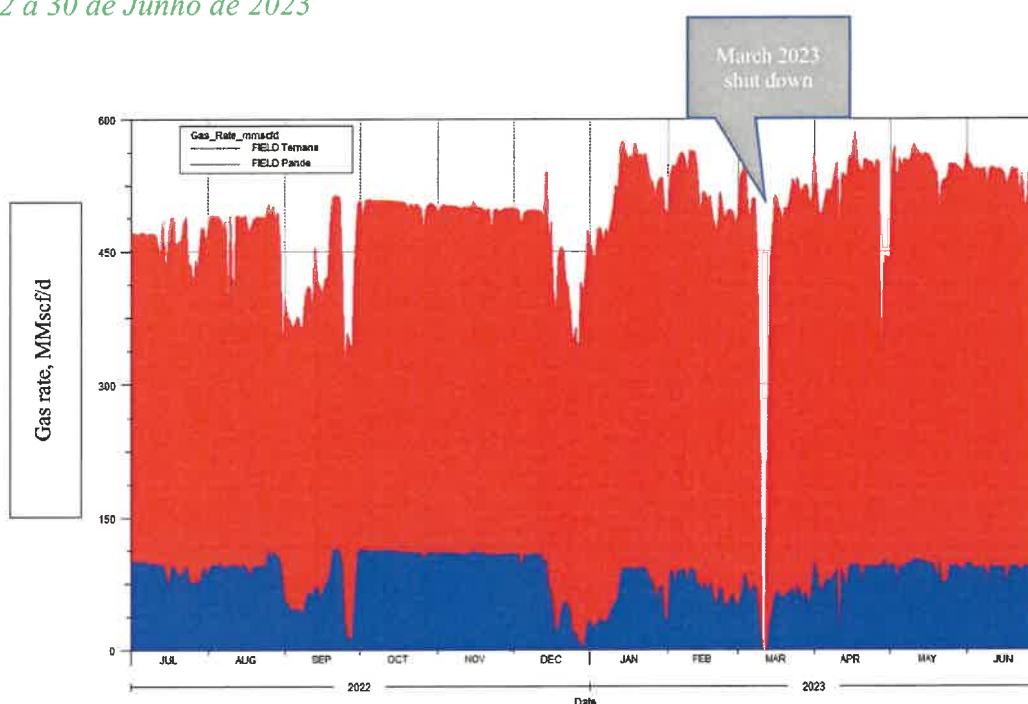
O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company (MGC), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e pela Kuvaninga no AF23 foi 33.54% superior em relação ao gás levado no período anterior de AF22. Isto deveu-se ao aumento do consumo do gás doméstico durante o período em apreço.

### 2.4 Revisão das Operações

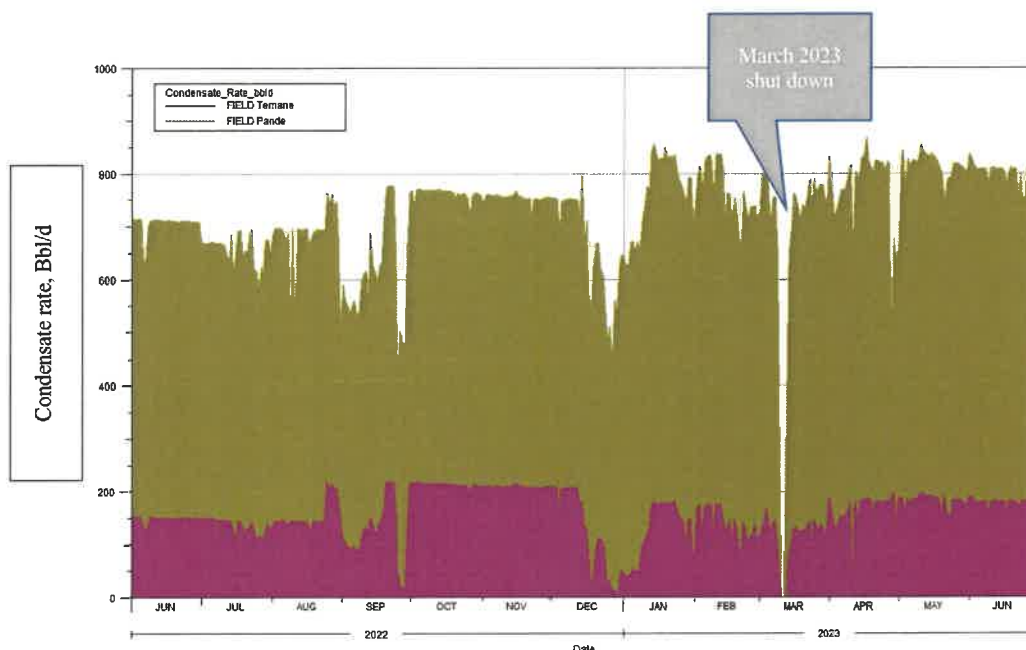
#### 2.4.1. Operações nos campos de gás

Os gráficos a seguir visualizam o perfil médio de produção diária de Gás e Condensado do AF23.

*Produção média diária de Gás nos reservatórios Pande G6 e Temane G9, de 01 de Julho de 2022 a 30 de Junho de 2023*



*Produção média diária de condensado nos reservatórios Pande G6 e Temane G9 de 01 de Julho de 2022 a 30 de Junho de 2023*



- A produção média bruta de gás do PPA no ano financeiro 2023 (AF23) foi de 494 MMscf/d (Milhões de pés cúbicos por dia), que corresponde a um incremento de 1.61% em relação ao ano anterior (AF22). Houve um aumento de produção na ordem de 8 MMscf/d, com os rácios médios de contribuição de 17% e 83% para os campos de Temane e Pande, respectivamente.
- A produção média total de condensado no AF23 foi de 702 Bbl/d (Barris por dia), que corresponde um decréscimo de 2.35% em relação ao ano anterior.
- A produção de condensado baixou em 17 Bbl/d comparado ao mesmo período do AF22, devido ao facto de que o rácio de produção de condensado versus gás (CGR) tem vindo a diminuir com o tempo, face à queda das pressões nos reservatórios, bem como as mudanças de instalação de diferentes fases de compressores de baixa pressão na central de processamento (CP).
- De acordo com os gráficos apresentados acima, pode-se verificar que nos dias 11 e 12 de Março de 2023, não houve produção de gás e condensado, devido a uma paragem anual de produção planificada na CP, na qual foi conduzida uma manutenção de rotina na planta e a conexão da infraestrutura de gás do PSA na CP.

### *Monitoria do reservatório e desempenho dos campos de produção*

Conforme mencionado no nosso relatório anual anterior, a maioria dos furos de Pande e Temane ainda apresentam problemas de integridade, e houve a necessidade de realizar actividades de perfuração em alguns dos furos no AF22-23 findo, conforme mencionado abaixo. No âmbito das actividades de monitoria dos reservatórios e avaliação do desempenho dos campos, foram feitas as seguintes operações a saber:

- Pande – 27, em Janeiro de 2023, foram conduzidas as operações de “*Static Gradient Survey*” (SGS), “*Flow After Flow*” (FAF) e testes de *Build Up*, para avaliar o desempenho do furo. Os resultados dos testes foram satisfatórios, com um valor de “*Skin*”(dano de formação) muito baixo.
- Temane–12, em Março de 2023, foram conduzidas operações de “*Static Gradient Survey*” (SGS), “*Flow After Flow*” (FAF) e testes de “*Build Up*” para avaliar o desempenho do furo. Os resultados dos testes também foram satisfatórios, onde registou-se uma diminuição do valor de “*skin*”.
- Os furos, Temane–7 e Temane-13, foram fechados devido a problemas de líquidos e produção excessiva de água, respetivamente.
- Pande-19, Temane-15 e Temane-11, estão fechados devido a problemas de integridade.

Conforme mencionado acima, no AF23, o desafio de sustentar a produção por longo prazo permaneceu incerto, tendo em conta que 82% dos furos de produção do PPA é que estavam operacionais e 18% foram fechados, pelo que, esse foi o motivo pelo qual a equipe de engenheiros dos furos, seleccionou e recomendou que alguns dos furos fossem remediados e outros fossem selados e abandonados.

### *O Projecto de remediação dos furos com problemas de integridade e campanha de perfuração designado por MERIC (Mozambique Exploration and Remediation & infill Campaign).*

O objectivo do projecto de Remediação dos furos com problemas de integridade, é reparar determinados furos de produção por via de “*workover*” e abandonar e selar permanentemente (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção enquanto a campanha de perfuração *infill* é de perfurar alguns furos (*infill wells*) no campo para sustentar a produção durante a vida útil do projecto.

O resumo das operações no âmbito do MERIC é o seguinte:

- As operações de selagem e abandono do furo Temane-15, foram concluídas em Junho de 2015.
- Temane-4, que esteve durante muito tempo parado, voltou de novo a produzir em Agosto de 2022, após ter sido conduzido uma operação de “*slickline*” com sucesso.
- Pande-28, P-29, P-30 e P-31, foram feitos o seu comissionamento e iniciaram a produzir em Dezembro de 2022, sendo adicionados às Reservas Desenvolvidas.

Durante o período em análise, outros projetos chamados, PPA MERIC que servem para otimizar a recuperação das reservas de gás existentes (Tranche-3 e PEDOP infill), tiveram o seguinte progresso conforme descrito abaixo:

- **Os furos *Infills wells* do PPA-Tranche-3**, que consistem na reperfuração dos furos Temane-9 e Temane-15, de modo a substituir os mesmos furos que foram anteriormente selados e abandonados (P&A), alcançaram a Decisão Final de Investimento (FID) e as operações de reperfuração dos furos prevê-se no AF24.
- **O PEDOP *Infill***, que consiste na reperfuração de um furo (Pande-19) e na perfuração de dois novos furos no campo de Pande, atingiu a fase de definição do projecto, e as operações de reperfuração para esses três furos prevê-se para AF25.

#### 2.4.2 Operações na Central de Processamento (CP)

No geral, as operações na Central de Processamento (CP) foram ligeiramente estáveis durante o período reportado. No entanto, as encomendas globais diárias não foram alcançadas em alguns períodos do ano devido os seguintes eventos ocorridos, nomeadamente:

- A unidade 31 (Compressor de Baixa Pressão) sofreu várias avarias devido a falha de posição do atuador da válvula de descarga. Uma investigação do problema foi conduzida, e o atuador foi de seguida redefinido. Após várias tentativas para reiniciar a unidade, só foi possível reiniciar manualmente e a unidade foi colocada em operação;
- A unidade 51 (Correção do ponto de orvalho) foi desligada devido a identificação de vazamento de óleo na bomba de controle da capacidade de desgaseificação. A equipa de manutenção resolveu o problema e a unidade foi colocada em operação.



- Na unidade 63 (Compressor de Alta Pressão), foi realizada uma inspecção planificada. No entanto, durante a inspecção, foi constatado que as pás directrizes, que ajustam o fluxo de ar a entrada do compressor estavam presas. Além disso, o representante de suporte de campo encontrou vedantes danificados. A equipa de manutenção substituiu os vedantes e a unidade voltou a operar.

Entretanto, foram levadas a cabo operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- A manutenção programada anual para fazer face as operações dos campos e CP foi realizada durante o período em apreço.
- A paragem anual planificada de produção também foi realizada com sucesso e sem registo de incidentes de segurança na CP, durante o mês de Março. Foram realizadas várias actividades, tais como: substituição de Controlador Lógico Programável, sistema de tratamento de efluentes líquidos, a integridade da válvula de emergência, a reparação da proteção catódica nos gasodutos, a substituição dos protocolos do Sistema de Controlo Distribuído, melhoramento da rede de segurança, a segurança cibernética das Cabeças dos furos. Além disso, foram executadas actividades de conexão (*tie-ins*) entre a infraestrutura do PSA e a Central de Processamento (CP).

Adicionalmente, a instalação dos dispositivos *erosion probes*, que servem para detectar a erosão nas tubagens, foi concluída nos furos de Temane & Pande, e o comissionamento aconteceu durante o período em apreço.

### 2.4.3 Manutenção da capacidade e projectos de extensão do “plateau”

#### 2.4.3.1 Programa de Extensão do Plateau e Optimização da Produção (PEDOP)

O objectivo do PEDOP é otimizar a recuperação de gás dos reservatórios do PPA aplicando soluções técnicas dentro do quadro comercial e legal. O plano do projecto visa recuperar quantidades de gás adicionais, permitindo a contínua produção de gás com pressões do reservatório inferiores à pressão de abandono, conforme aprovado no plano de desenvolvimento e permitir a extensão do período de “plateau”, para satisfazer os contratos existentes de fornecimento de gás durante a sua vigência.

O ponto de situação desse projecto é o seguinte:

- O projecto encontra-se na fase de definição (*define phase*), tendo sido segmentado em duas partes, nomeadamente: *PEDOP Infill wells* e *PEDOP Junction Compression*.
- Os testes para o início de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) estão previstos para os finais do quarto trimestre de 2025.

## 2.5 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)

No geral, registou-se um bom desempenho em Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) e o progresso contínuo na implementação das iniciativas relacionadas a SS&A da Sasol estão a ser mantidas.

Não foram registados incidentes significativos de Saúde, Segurança e Ambiente durante o período reportado.

Todos os procedimentos e regras no trabalho demonstram iniciativas visando o alcance contínuo do melhoramento no desempenho ambiental em concordância com a certificação ISO 14001:2015 da CP em Sistema de Gestão Ambiental.

Durante o período em apreço foram diagnosticados na clínica da CP 102 casos de Malária, de um modo geral o número aumentou devido o verão e a época chuvosa. Para a mitigação desta doença esta em curso um programa de vector da malária na CP e no complexo habitacional de Nhamacunda, que consiste na pulverização do recinto, aplicação de larvicidas no lago, drenos e pulverização das casas. Esta iniciativa tem resultado na redução da população de mosquitos.

Durante o período em pareço, foram diagnosticados 6 casos de Covid-19, contudo a partir do segundo semestre do AF23 foi paralisado a realização dos testes de despiste de covid-19 para aceder as instalações da CP. Esta medida é em resposta à recomendação dada no protocolo de covid-19. O único requisito exigido aos trabalhadores viajantes é a apresentação do teste de PCR para os que não dispõem de certificado de vacinação.

Também durante o período em apreço, foram conduzidas na CP auditorias internas e externas concernentes a Segurança, Saúde e Sistema de Gestão ambiental nomeadamente:

1. A firma DQS (German Society for the Certification of Management System) realizou uma auditoria no mês de Agosto de 2022, da visita efectuada ao furo Temane-12, constatou-se 2 pequenos desvios nomeadamente: o registo das entradas não era consistente, havendo registos de visitas ao furo, mas, no entanto, no livro de registos não consta a data de entrada, hora e término da visita. A visita ao armazém de óleo combustível, constatou a existência de equipamento usado para o derramamento de óleos combustíveis, porém não foi encontrado no local evidências da inspeção deste material conforme é exigido pela organização de resposta à emergência.
2. Em Setembro de 2022 foi conduzida uma auditoria para aferir o nível de cumprimento da legislação em matérias de Segurança, Saúde e Ambiente na CP e a conformidade com os requisitos da legislação Moçambicana em matéria de SS&A. As constatações levantadas foram as seguintes: A gestão dos resíduos requer atenção na medida em que a acumulação de resíduos é uma preocupação pois gera oportunidades para a reprodução de roedores o que pode significar risco da presença de cobras. Os extintores necessitam de uma gestão efetiva desde a sinalização, localização e plano de manutenção. Há necessidade do melhoramento da gestão das fichas de dados de segurança.
3. Em Outubro de 2022 foi levado a cabo uma auditoria combinada de avaliação ambiental nas operações da CP, esta foi organizada pelas autoridades governamentais nomeadamente, o Instituto Nacional de Petróleos (INP), Agência Nacional de Controle de Qualidade Ambiental (AQUA) e Agência Norueguesa do Ambiente (ANA). Foram levantadas 13 observações durante a auditoria, contudo espera-se o envio do relatório final contendo estas observações por parte do AQUA e INP.
4. Em Novembro de 2022, foi realizada na CP uma inspeção pela Agência Nacional de Energia Atômica (ANEA), com o objetivo de verificar o cumprimento da Legislação de Energia Atômica. A ANEA visitou a área de armazenamento temporário dos resíduos resultantes do *pigging* (Limpeza das linhas de fluxo), a clínica e a área de armazenamentos temporários de Isótopos de Raios-X. No geral, as áreas visitadas estavam em conformidade com os requisitos aplicáveis e deixou-se recomendações para serem implementadas. Estas recomendações prendem-se

com a necessidade de melhorar a sinalização, colocar contactos de emergência, colocação de sinais de alerta na área clínica de Raios-X e a necessidade de requerer a licença de utilização da radiografia móvel da clínica (cujo pedido está em curso). O relatório com as observações consolidadas será submetido pela ANEA à Sasol.

### 2.5.1 Projecto de Remediação do Pande-4

O Projeto de remediação do furo Pande-4 visa avaliar a opção de remediação adequada para o Pande-4 e compreende 3 componentes:

Monitoramento do subsolo, contenção da superfície e monitoramento contínuo do solo, água e monitoramento de gás na superfície.

O progresso é o seguinte:

- i. A empresa contratada Ramboll está na fase de aquisição de dados de emissão de metano por meio de satélites.
- ii. Está em progresso o trabalho de modelagem de fluxo.
- iii. A monitoria ambiental no Pande-4 é realizada semestralmente, o trabalho de campo foi realizado entre Outubro e Novembro de 2022 pela empresa contratada Gondwana. Este trabalho consiste na medição do fluxo de gás, monitoramento do ar, monitoramento do nível de explosão mínimo (LEL), monitoramento do vapor no solo, amostragem de água, amostragem de solo e medições do fluxo de água subterrânea. Os resultados laboratoriais das amostras de água e do solo coletadas e analisadas estão resumidos, abaixo:
  - A análise da condutividade elétrica (CE) mostrou que a água de todos os furos comunitários de abastecimento de água pode ser classificada como sendo de salinidade leve a moderada com o valor de CE avariado de 70 a 1000 mSm/m.
  - Não foi possível medir o fluxo de água subterrânea que flui da berma do Pande-4 para a cratera pois não foi notável a água na superfície.
  - Concentrações ligeiramente elevadas de hidrocarbonetos em fase de vapor variando de 0,4 a 32,6 ppm foram detetadas no Pande-4 durante a caracterização do solo.
  - Não foi necessária a medição do gás que sai do tubo de ventilação do Pande -4, onde o gás é libertado para a atmosfera, pois uma inspeção visual do tubo encontrou menos gás libertado em relação aos períodos anteriores de vistoria.

## 2.6 Aspectos Legais

Durante o reportado período, entrou em vigor o Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos a PETROMOC por um período de 24 meses, contados a partir de 1 de Julho de 2022 até 30 de Junho de 2024.

No concernente a Décima Emenda ao Primeiro Contrato de Venda de Gás a Sasol Gas, a SPT emitiu para a Compradora, a 30 de Junho de 2022, duas Propostas de Contribuição da Compradora (BCF) para as Instalações Adicionais e uma proposta de Instalações Adicionais de Entrega (ADF), no âmbito do Projecto de Extensão do Plateau e Optmização da Produção (PEDOP). Presentemente, aguarda-se pela resposta da Sasol Gas.

A Sasol Gas efectuou o reembolso na totalidade dos custos despendidos pelas Vendedoras no âmbito do projecto PIC.

A Sasol reembolsou, igualmente, o montante referente às penalidades de gás em falta, indevidamente aplicadas às Vendedoras no âmbito do Primeiro e Segundo Contratos de Venda de Gás a Sasol Gas.

Em relação ao Contrato de Venda de Gás à ENH de 2 MGJ/ano, que estava suspenso desde o ano de 2017, as nomeações de gás por parte da ENH retomaram a 1 de Agosto de 2022. Paralelamente, a ENH renunciou o direito de receber a quantidade de gás que não levantou nem pagou durante o período de 1 de Julho de 2021 a 30 de Junho de 2022.

No que tange aos projectos de viabilização e desenvolvimento da área do PSA, os Parceiros da UJV concluíram as negociações do Contrato de Operação e Manutenção das Instalações da área do PSA e, por conseguinte, o contrato foi assinado pela SPT na qualidade de Operadora da área do PPA e a SPM na qualidade de Operadora da área do PSA.

Quanto ao Contrato de Longa Duração para o Processamento de Gás da área do PSA, as negociações encontram-se na sua fase conclusiva.

### 2.6.1 Litígios

O Tribunal Judicial ainda não apreciou a acção intentada pela Titular da Concessão Mineira contra a Operadora do PPA, reclamando danos e lucros cessantes. Presentemente, o referido processo encontra-se suspenso até conclusão de um processo em curso no Tribunal Administrativo, entre a Concessionária Mineira e o MIREME.

Relativamente ao litígio sobre o pagamento do subsídio de prontidão que opõe a Operadora e seus trabalhadores da CPF teve lugar a audiência de julgamento e o Tribunal decidiu à favor dos trabalhadores, contudo, a SPT recorreu da decisão e aguarda sentença. Paralelamente, a SPT e os trabalhadores pretendem acordar o pagamento de um montante específico determinado nos termos do Regulamento de Prontidão, caso as partes alcancem acordo a SPT vai solicitar a suspensão do recurso.

No que diz respeito aos trabalhadores da CPF despedidos em conexão com o furto de condensado, o Tribunal Judicial decidiu a favor de dois (2) trabalhadores. Em relação a um trabalhador o Tribunal decidiu a favor da SPT e, nos restantes trabalhadores aguarda-se o desfecho dos processos.

## 2.7 Responsabilidade Social Empresarial

A CMH e seus parceiros no Consórcio continuaram a promover o desenvolvimento socio-económico e sustentável nas comunidades que vivem ao redor de Pande e Temane.

Para o ano findo a 30 de Junho de 2023, as despesas da UJV relacionadas ao investimento social totalizaram USD 4 370 300, o que representa 47,7% abaixo do orçamentado, devido a atrasos na implementação dos LDAs (Acordos de Desenvolvimento Local).

No período em análise, registaram-se os seguintes progressos nos projetos de investimento social:

### *Acordos de Desenvolvimento Local (LDAs)*

Os LDAs são acordos tripartidos entre a Sasol e seus parceiros, com as comunidades locais e os Governos Distritais, e visam alinhar as prioridades das três partes, nos termos da Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extrativa de Recursos Minerais.

Com um compromisso de investimento de USD 20 milhões ao longo de 5 anos (2020-2025), os LDAs beneficiam um total de 37 comunidades em Inhassoro e Govuro e estão subdivididos em 5 categorias: Água e Saneamento; Desenvolvimento Económico; Eletricidade; Projetos de Pequena Escala e Projetos Independentes.



### *LDA - Água e Saneamento*

Na categoria de Água e Saneamento, para o FY23, e em parceria com a SNV, foram concluídas as seguintes ações: reabilitação de 11 sistemas de água e 74 poços; construção de 6 novos sistemas de água, 10 novos poços e 6 blocos sanitários; e criação de 37 comitês locais de gestão da água. Deve-se notar que, está sendo realizado um estudo de viabilidade para a construção de uma planta de dessalinização na comunidade de Cometela em Inhassoro ou em outra comunidade identificada; e 3 empresas locais foram capacitadas por meio de treinamento e fornecimento das primeiras peças para atender à demanda local de manutenção de sistemas e bombas manuais.

### *LDA - Desenvolvimento Econômico*

No âmbito do Desenvolvimento Econômico, vários projetos estão sendo implementados em parceria com a GIZ. Os projetos de desenvolvimento econômico são subdivididos em duas categorias: financiamento e desenvolvimento de cadeias de valor, e por outro lado empreendedorismo e capacitação para o desenvolvimento incluindo treinamento vocacional.

Durante o ano, no desenvolvimento da cadeia de valor, as ações previstas no contrato celebrado com a GIZ para estabelecer cadeias de valor de criação de gado caprino, castanha de caju, horticultura, artesanato e produção de abacaxi foram concluídas e o processo de transferência da gestão dos projectos para as comunidades está em andamento. Quanto à produção de ovos, 2 dos 3 aviários planeados foram construídos e os ovos já estão sendo produzidos e vendidos. O aviário em falta está em fase final de construção.

No que concerne ao empreendedorismo, capacitação e treinamento vocacional, até Junho do AF23, foi realizado um estudo para avaliar a situação do emprego nos distritos-alvo; uma unidade móvel de treinamento foi adquirida para facilitar o treinamento que ocorreu em comunidades remotas, um total de 420 jovens receberam treinamento nas áreas de agroprocessamento, culinária, eletricidade e canalização; 245 jovens receberam mentoria; 72 obtiveram recursos financeiros para financiar seus negócios; e 231 graduados do Centro de Treinamento de Inhassoro foram colocados no mercado de trabalho e receberam treinamento de orientação de vida.

### *LDA - Projetos de Eletricidade*

Durante o ano, foi contratado um consultor para realizar um estudo de viabilidade para os projetos de energia, que apresentou um projeto com custos muito elevados em comparação com a previsão, o que resultará na implementação faseada, a partir do Distrito de Govuro, com a expansão da rede elétrica nas comunidades de Pande 1, Colonga, a construção de uma planta solar na comunidade de Matchovo e a distribuição de kits nas comunidades de Mazino 1, Chibuca e Chicuire.

A EDM (Electricidade de Moçambique) começou a visitar as comunidades de Pande 1 e Colonga para avaliar os custos e, em paralelo, será lançado um concurso para as soluções de energia solar propostas.

### *LDA – Projetos de Pequena Escala*

Os projetos de pequeno porte são o terceiro e menor pilar dos LDAs. Seu objetivo é beneficiar as comunidades impactadas pelas operações com pequenas, de baixo custo, de alto impacto, que podem ser implementadas rapidamente e atingir muitas comunidades em um período de tempo mais curto.

Durante o FY23, um novo parceiro executor, a ForAfrika, foi selecionado para acelerar a implementação de projetos de pequeno porte. No período, foram concluídos os seguintes projetos: entrega de 3 máquinas de moagem e 3 sistemas de irrigação em Nhacolo, Chimadjane e Mudumane. Enquanto isso, outras atividades estavam em andamento, como: construção de 2 centros comunitários em Inhassoro e 5 blocos de sala de aula em Chibo, Mapanzene, Maperepere, Tiane e Vulcanjane, ambos com um progresso real de 25%; e construção de um mercado local em Colonga.

### *Outras Iniciativas*

Além dos projetos relacionados aos LDAs, os parceiros do Consórcio apoiam outras iniciativas de investimento social, como as seguintes:

### *Carteiras Escolares*

O principal objetivo do projecto carterias escolares é distribuir um total de 3.500 para escolas nos distritos de Inhassoro, Govuro e Vilankulo até Junho de 2024. Desde o início deste projeto, um total acumulado de 2 324 mesas foi entregue em escolas localizadas nos distritos-alvo e os restantes 786 estão previstos para o próximo ano fiscal.

### *Manutenção de Infraestruturas Comunitárias*

O projeto visa apoiar as comunidades na manutenção ou reabilitação de pequenas infraestruturas, incluindo estradas. No período em análise, estiveram em curso a construção de um campo desportivo polivalente em Inhassoro e a reabilitação de um centro de saúde em Mangungumete. O centro de saúde de Mangungumete foi concluído e entregue ao Governo.

### *Sistema de água de Inhassoro*

Durante o ano, as obras de construção foram concluídas e a gestão do sistema foi oficialmente transferida para um operador privado.

## **3. Actividades da CMH**

### **3.1 Aspectos Legais**

#### **3.1.1 Litígios**

Durante o reportado período, a CMH chegou a acordo em relação ao único processo judicial existente, referente à acção de impugnação de despedimento movida por um antigo trabalhador contra a CMH. O referido acordo resultou na extinção da referida acção. Consequentemente, foi extinto o recurso outrora interposto pela CMH no âmbito da providência cautelar decretada a favor do referido trabalhador.

Presentemente, a CMH não está envolvida em litígios.

#### **3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)**

Durante o reportado período, verificou-se uma variação negativa do valor das acções da CMH de 2 800 Mt para 1 600 Mt. A 30 de Junho de 2023, a CMH tinha 1 423 accionistas, dos quais 1 421 accionistas da classe C, um accionista da classe A (o Estado) e um accionista da classe B (ENH).

### 3.3 Recursos Humanos

Neste exercício, a CMH contava com um total de 26 colaboradores (17 do sexo masculino e 9 do sexo feminino), dos quais 2 com nível médio e 24 com nível superior. Durante este período a CMH contratou um colaborador.

A 07 de Março do ano em curso, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação dos 6 instrumentos Normativos, nomeadamente, o Manual de Organização Corporativa, Regulamento Interno, Qualificador de funções, Regulamento de Avaliação de Desempenho, Regulamento de Carreiras e evolução profissional e o Código de Conduta.

No período de Maio a Junho realizaram-se reuniões de divulgação dos normativos acima mencionados no seio dos trabalhadores da Sociedade. No referido período realizaram-se formações dos trabalhadores do novo modelo do Sistema de Avaliação de desempenho o qual será implementado a partir do ano fiscal 2023-2024.

No período em alusão o Sector de Recursos Humanos desenvolveu, monitorou diversas actividades de carácter rotineiro e processos administrativos de gestão de recursos designadamente: Processamento de Salários, cumprimento das Obrigações fiscais e Contributivas, emissão de pareceres e propostas, tramitação de expediente Interno e externo.

Houve cumprimento integral do pagamento das obrigações fiscais e contributivas dentro do prazo legal.

### 3.4 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da CMH

A CMH reitera o seu compromisso com a Responsabilidade Social Empresarial, e continua a apoiar diretamente projetos com impacto positivo na sociedade, nas áreas da educação, meio ambiente, saúde, desporto, apoio humanitário, cultura e bem-estar dos colaboradores.

Para o ano findo a 30 de Junho de 2023, um total de USD 1 253 149 foi desembolsado para a implementação de projetos sociais, o que representa 52% acima do orçamento, devido a pagamentos para a implementação de projetos que não foram concluídos a tempo no ano anterior, nomeadamente: os projetos correspondentes à reabilitação e implementação da 5ª e 6ª fase do Projeto de Expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural; bem como a inclusão do Projeto de Reabilitação da Rua adjacente ao Edifício da CMH.

No ano passado, no âmbito da responsabilidade social corporativa, foram implementadas as seguintes atividades:

- Reabilitação da rede de distribuição de gás natural existente no norte de Inhambane e Início da construção da 6ª fase de Expansão da Rede. As obras de ambos os projetos estão em fase final e estão previstas para serem concluídas no próximo ano fiscal para beneficiar cerca de 450 famílias e empresas locais. O principal objetivo deste projeto é garantir que as populações que vivem nas áreas circundantes de Pande e Temane possam beneficiar do recurso de gás natural, independentemente do seu estatuto social.
- Aquisição de material de construção em parceria com a ADESSO (Associação para a Defesa e Desenvolvimento da Sociedade) para um projeto de habitação para refugiados na Vila de Reassentamento de Marokani, na Província de Cabo Delgado. O material financiado pela CMH possibilitou a construção de 5 casas das 100 previstas pelo projeto que visa ajudar na recuperação da população deslocada devido aos ataques de insurgentes armados.
- Apoio à juventude através de fundos concedidos a iniciativas desportivas e empreendedorismo, nomeadamente: participação de atletas de boxe nas competições realizadas na Índia, no Uzbequistão e na Holanda, realização da 19ª Edição do Torneio de Natação Sub-Regional Zona IV; realização da 10ª edição dos Jogos Desportivos da 5ª Região do Conselho Do Desporto da União Africana; aquisição de tabuleiros de xadrez para o projeto de massificação do xadrez; realização da 8ª Edição do Gala dos Prémios Jovens Criativos; e Transmissão do Campeonato Africano das Nações -CHAN 2023 na televisão nacional.
- Apoio à cultura através do patrocínio aos seguintes projetos: realização da 35ª edição do Ngoma Moçambique, realização da gala em homenagem aos ícones da cultura nacional no âmbito do projecto Guardiões da Cultura, produção de uma peça de ballet contemporâneo intitulada “A Dança da Poligamia”, produção de 2 videoclipes do músico moçambicano Makazani e do álbum *Mafalala Roots* do músico moçambicano Wazimbo.

- No que concerne ao apoio humanitário, em resposta ao ciclone Freddy, a CMH participou da campanha promovida pela MIREME e pela ENH para apoiar as vítimas do ciclone na Província de Zambézia, doando recursos financeiros juntamente com seus colaboradores que também contribuíram individualmente; e na mesma senda, adquiriu material de construção para beneficiar as vítimas na Província de Sofala. Por outro lado, a empresa apoiou a realização da Conferência Internacional de Seguros de Desastres Soberanos e do Gala do Prémio Nacional de Gestão de Risco de Desastres, Ambiente e Mudanças Climáticas, que foi atribuído à Sua Excelência Presidente República de Moçambique Felipe Jacinto Nyusi.

Internamente, a CMH comemorou o Dia da Mulher Moçambicana, o Dia do Trabalhador e o Dia da Criança e contribuiu financeiramente para eventos similares promovidos pela MIREME e pela ENH. Durante a época festiva, foram distribuídos cestos e vales de supermercado aos funcionários e pessoal de apoio. Além disso, em parceria com o Conselho Municipal de Maputo, a CMH começou a implementar projetos para melhoria das condições de acesso ao redor da sua sede, a citar: projecto de construção de uma paragem de autocarros e a reabilitação da rua adjacente, com o objetivo de proporcionar uma área de espera segura para os passageiros de autocarros e aumentar a acessibilidade à estrada. As obras dos projetos estão previstas para ter lugar no próximo ano fiscal.

### 3.5 Empresa holding e participadas

A CMH é detida pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

### 3.6 Assembleia Geral

A 30 de Setembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde foram aprovados os seguintes assuntos:

- O Relatório e Contas do ano findo a 30 de Junho de 2022;
- A distribuição de 100% dos lucros;
- A reeleição dos membros do Conselho Fiscal;
- A contratação da KPMG para auditar as contas da CMH nos próximos 3 anos (2022-2023, 2023-2024, 2024-2025); e
- A contratação de um financiamento no valor de USD 50 milhões.



### 3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas de NIRF

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações de Comité de Interpretações sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), para o ano findo a 30 de Junho de 2023.

### 3.8 Rácios financeiros e económicos

Rácios	2023	2022
<b>Equilíbrio Financeiro</b>		
Liquidez Geral	8.5	8.5
<b>Rácios económicos</b>		
Rentabilidade do capital próprio	26%	16%
Rentabilidade do activo	18%	10%

### 3.9 Investimento de curto prazo

#### 3.9.1 Contas no estrangeiro (*Off-Shore*)

Durante este ano financeiro, a CMH continuou a investir os seus saldos em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul e esta render juros razoáveis.

#### 3.9.2 Contas no país (*On-Shore*)

Como forma de obter juros razoáveis sobre as contas correntes, a CMH investiu em depósitos a curto prazo.

### 3.10 Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve mudança nas políticas contabilísticas durante o ano.

### 3.11 Dividendos pagos e declarados

A 29 de Setembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde os accionistas aprovaram a distribuição de 100% dos lucros líquidos. Durante o ano financeiro 2022, a CMH pagou o montante total de USD 36 923 477 a título de dividendos aos seus accionistas, foram pagos nos dias 27 de Outubro de 2022 e 13 de Abril de 2023. Tais dividendos são relativos ao ano AF 22.

Ano Financeiro	Dividendos Declarados			Dividendos pagos			Saldo
	Data da Assembleia Geral	% dividendos sobre o lucro	Total dos dividendos declarados	Data de pagamento	Montante pago	Total de Dividendos pagos por Ano Financeiro	
AF06 - AF21			221,914,429		213,356,234	213,356,234	
AF22	29-Sep-22	100%	36,923,477	27-Out-2021	8,558,195	8,558,195	
AF23				31-Out-2022 & 13-Abril-2023	36,923,477	36,923,477	
<b>Total</b>			<b>258,837,906</b>		<b>258,837,906</b>	<b>258,837,906</b>	-

## 4. Eventos subsequentes

Após 30 de Junho de 2023 até à data de relato, não ocorreram eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.

#### IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 30 de Junho de 2023 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF). Os Administradores são igualmente responsáveis pela preparação do Relatório dos Administradores.

Os Administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

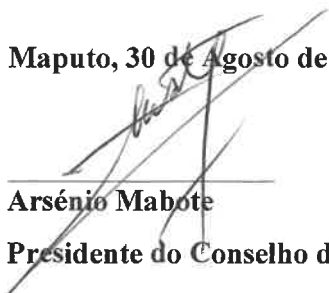
Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e, não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade continuar a operar segundo esse pressuposto num futuro próximo.

O Auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro.

##### **Aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Agosto de 2023 e vão assinadas em seu nome por:

**Maputo, 30 de Agosto de 2023**



\_\_\_\_\_  
**Arsénio Mabote**

**Presidente do Conselho de Administração**



**KPMG Auditores e Consultores, SA**  
**Edifício KPMG**  
Rua 1.233, Nº 72 C  
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200  
Telefax: +258 (21) 313 358  
Caixa Postal, 2451  
Email: mz-fminformation@kpmg.com  
web: www.kpmg.co/mz

## **Relatório dos Auditores Independentes**

### ***Aos Accionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (a Empresa), constantes das páginas 38 a 82, que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de Junho de 2023, e as demonstrações dos lucros e prejuízos e do outro rendimento integral, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que compreendem as políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA em 30 de Junho de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) conforme emitidas Conselho Internacional de Normas Contabilísticas.

#### ***Base de opinião***

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas são descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da empresa de acordo com o *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos com as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e com o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base razoável a nossa opinião.

#### ***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são aquelas matérias que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Estas matérias foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formulação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

#### ***Avaliação da Imparidade de activos de exploração e avaliação e central de processamento***

Por favor, consulte as notas de políticas contabilísticas 3.5. Activos de exploração e avaliação e CP, 3.8. Imparidade de activos, nota 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos e nota 11. Propriedade, instalações e equipamentos das demonstrações financeira.

<i>Matéria Relevante de Auditoria</i>	<i>Como foi abordada a matéria na nossa auditoria</i>
<p>Os activos de exploração e avaliação da Empresa e a instalação central de processamento (CPF) constituem uma parte significativa da propriedade, instalações e equipamento, sendo 141 milhões de dólares do total do saldo da propriedade, instalações e equipamento de 154 milhões de dólares.</p> <p>O activo de exploração e avaliação e a instalação central de processamento devem ser avaliados anualmente quanto a indicadores de imparidade e, devido à natureza da classe de activos, isto envolve uma quantidade significativa de julgamentos de valor na estimativa de reservas, fluxos de caixa futuros e valores presentes.</p> <p>A avaliação da imparidade foi considerada uma matéria-chave de auditoria na auditoria das demonstrações financeiras devido à elevada incerteza inerente às estimativas.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliámos a análise da gestão dos possíveis indicadores de imparidade internos e externos quanto à sua razoabilidade.</li> <li>• Avaliámos a concepção, implementação e eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para garantir que as suas avaliações de imparidade eram adequadamente realizadas e revistas.</li> <li>• Utilizámos o trabalho do especialista da gestão para avaliar as reservas minerais remanescentes.</li> <li>• Avaliámos as competências, a capacidade e o relacionamento do especialista da gestão.</li> <li>• Avaliámos a relevância e fiabilidade dos dados e pressupostos utilizados pelo especialista da gestão através da comparação dos preços do petróleo e gás e da taxa de desconto utilizada nos cálculos do especialista da gestão com fontes externas independentes.</li> <li>• Avaliámos a vida útil estimada utilizada nos cálculos, tendo em conta as estimativas de reservas minerais remanescentes, a capacidade de produção anual e a licença de exploração aprovada da Empresa.</li> </ul> <p>Considerámos igualmente a adequação das divulgações da empresa relativamente às avaliações de imparidade nas demonstrações financeiras, à luz dos requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), tal como emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contabilísticas.</p>

### Provisão para encerramento e reabilitação do local

Por favor, consulte Consultar a nota de política contabilística 3.7 Provisões, a nota 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos e a nota 19. Provisões das demonstrações financeiras.

<p>A Empresa é obrigada a reabilitar o local de exploração no final da vida do projecto, de acordo com o Contrato de Produção de Petróleo assinado para a concessão atribuída. É reconhecida uma provisão, no valor de USD 59 milhões, relativamente aos custos estimados para encerrar e reabilitar o local.</p> <p>O cálculo da provisão requer um julgamento da gestão na estimativa de custos futuros, dada a natureza única de cada local e as potenciais obrigações associadas. Estes cálculos são descontados para determinar o valor corrente dos custos de reabilitação do local.</p> <p>A restauração e a reabilitação de cada local é relativamente única e tem havido uma actividade limitada de restauração e reabilitação com base na qual se podem comparar estimativas de custos futuros, bem como alterações na legislação e regulamentação locais.</p> <p>A abordagem da Direcção relativamente à restauração e reabilitação poderia ter um impacto material no montante da provisão constituída e, por conseguinte, é considerada uma questão fundamental de auditoria devido à elevada incerteza das estimativas.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que realizámos incluíram o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliámos as obrigações legais e/ou construtivas em relação à restauração e reabilitação através da revisão do Acordo de Produção de Petróleo e da compreensão da lei que rege a exploração de recursos minerais.</li> <li>• Avaliámos o desenho, implementação e eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para assegurar que a provisão é devidamente calculada e revista.</li> <li>• Utilizámos o trabalho do especialista da administração para avaliar o encerramento do local e a disposição de reabilitação.</li> <li>• Avaliámos as competências, a capacidade e o relacionamento do especialista da gestão.</li> <li>• Avaliámos a pertinência e a fiabilidade dos dados e pressupostos utilizados pelo especialista da Direcção, comparando a taxa de desconto e a taxa de inflação aplicadas com dados de terceiros e normas do sector e revendo os fluxos de caixa futuros esperados e o tempo nos cálculos do valor actual líquido.</li> <li>• Envolvermos os nossos especialistas em gestão de riscos financeiros na avaliação da adequação da taxa de desconto aplicada no cálculo do valor actual líquido da provisão.</li> </ul> <p>Analísámos igualmente a adequação das divulgações da empresa relacionadas com a provisão para encerramento e reabilitação de instalações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contabilísticas.</p>
---	--

### Outra informação

Os Administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende toda a informação contida no documento intitulado "Relatório anual e demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho de 2023", mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório dos nossos auditores sobre as mesmas.



A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer forma de conclusão de garantia sobre a mesma.

Em relação à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou se doutra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizámos na outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

#### ***Responsabilidade dos Administradores pelas demonstrações financeiras***

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) conforme emitidas Conselho Internacional de Normas Contabilísticas, assim como pelos controlos internos que os administradores determinarem como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam liquidar a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa realista senão fazê-lo.

#### ***Responsabilidades dos Auditores para a auditoria às demonstrações financeiras***

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, se pode razoavelmente esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto de continuidade.



- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes em relação à independência e de reportarmos todas as relações e outras questões que possam ser razoavelmente considerados relacionados à nossa independência e, quando aplicável, acções tomadas no sentido de eliminar as ameaças ou salvaguardas aplicadas.

Das matérias reportadas aos administradores, determinamos as matérias que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, portanto, constituem as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento impossibilite a divulgação pública sobre a matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório considerando que as consequências adversas esperadas de fazê-lo seriam razoavelmente superiores aos benefícios de interesse público de tal comunicação.

**KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014**

Representada por:



**Hem Chandra Joshi, OCAM n° 57/CA/OCAM/2014**

*Sócio*

01 de Setembro de 2023

## V. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Do exercício findo em 30 de Junho de 2023

(Montantes em USD)	Notas	30 de Junho de 2023	30 de Junho de 2022
Rédito	6	131 407 443	98 513 195
Custo de vendas	7	( 38 413 870)	( 38 580 445)
<b>Lucro bruto</b>		<b>92 993 573</b>	<b>59 932 750</b>
Custos administrativos	7	( 8 436 374)	( 6 713 156)
Outro rendimento		279 253	47 827
		<b>84 836 452</b>	<b>53 267 421</b>
<b>Rendimentos financeiros líquidos</b>	8	<b>11 331 668</b>	<b>801 940</b>
Rendimento financeiro		15 632 595	4 921 901
Custo financeiro		( 4 300 927)	( 4 119 961)
		<b>96 168 120</b>	<b>54 069 361</b>
<b>Lucro antes do imposto</b>		<b>96 168 120</b>	<b>54 069 361</b>
Imposto sobre o rendimento	9	( 31 339 478)	( 16 781 312)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>64 828 642</b>	<b>37 288 049</b>
<b>Outro rendimento integral</b>			
<i>Itens que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos</i>			
Remensuração do activo de benefício definido, líquido de imposto	23(b)	2 190 628	( 364 572)
<b>Total do rendimento integral</b>		<b>67 019 270</b>	<b>36 923 477</b>
<b>Resultados por acção</b>			
Básicos	10	10.92	6.28
Diluídos	10	10.92	6.28

## VI. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2023

(Montantes em USD)	Notas	2023	2022
<b>ACTIVOS</b>			
<b>Activos não correntes</b>			
Propriedade, instalações e equipamento	11	154 196 474	184 103 614
Activos intangíveis	12	3 894 409	4 543 479
Activos líquidos de benefício definido	23	1 898 745	7 935
Activos não correntes		<b>159 989 628</b>	<b>188 655 028</b>
<b>Activos correntes</b>			
Inventários	13	2 317 730	1 102 707
Clientes	14.1	14 639 294	10 766 893
Outras contas a receber	14.2	33 575 044	5 766 261
Caixa e equivalentes de caixa	15	171 988 922	154 556 309
Activos correntes		<b>222 520 990</b>	<b>172 192 171</b>
<b>Total de activos</b>		<b>382 510 618</b>	<b>360 847 198</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	16	25 286 649	25 286 649
Reservas legais	17	5 057 330	5 057 330
Reservas de investimento	18	14 296 822	14 296 822
Resultados transitados		217 360 872	187 265 079
<b>Total de capital próprio</b>		<b>262 001 673</b>	<b>231 905 880</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	19	56 514 306	67 266 699
Outras contas a pagar	20	140 595	110 252
Passivo por imposto diferido	9.3	37 765 489	41 335 090
Passivos não correntes		<b>94 420 390</b>	<b>108 712 041</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Provisões	19	2 555 287	4 272 873
Fornecedores e outras contas a pagar	20	8 233 619	8 766 072
Contas a pagar entre empresas do grupo	21	63 480	431 193
Passivo por imposto sobre o rendimento corrente	9.4	15 236 169	6 759 139
Passivos correntes		<b>26 088 555</b>	<b>20 229 277</b>
<b>Total de passivos</b>		<b>120 508 945</b>	<b>128 941 318</b>
<b>Total do capital próprio e dos passivos</b>		<b>382 510 618</b>	<b>360 847 198</b>

Nas demonstrações financeiras do ano anterior, o saldo de clientes e outras contas a receber foi apresentado de forma agregada, sendo o total de USD 16 533 154. Para o exercício findo em 30 de Junho de 2023, a empresa reclassificou os saldos de contas a receber não comerciais para outras contas a receber nas demonstrações financeiras do período comparativo. Essa reclassificação foi feita para refletir e distinguir a natureza de outras contas a receber como uma rubrica que não origina diretamente de atividades comerciais e, portanto, está separada daquelas contas a receber apresentadas como negociação em contas a receber de clientes. Não há impacto líquido nos montantes representados em nenhum desses saldos no período anterior.

## VII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Do exercício findo em 30 de Junho de 2023

(Montantes em USD)	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Resultados transitados	Total de Capital próprio
<b>Saldo em 1 de Julho de 2021</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>158 899 797</b>	<b>203 540 598</b>
Lucro do exercício	-	-	-	37 288 049	37 288 049
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	( 364 572)	( 364 572)
<i>Transacções com os Accionistas da empresa</i>					
Dividendos declarados	-	-	-	( 8 558 195)	( 8 558 195)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2022</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>187 265 079</b>	<b>231 905 881</b>
Lucro do exercício	-	-	-	64 828 642	64 828 642
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	2 190 628	2 190 628
<i>Transacções com os Accionistas da empresa</i>					
Dividendos declarados	-	-	-	( 36 923 478)	( 36 923 478)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2023</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>217 360 872</b>	<b>262 001 673</b>

## VIII. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Do exercício findo em 30 de Junho de 2023

(Montantes em USD)	Notas	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Lucro do exercício		64 828 642	37 288 049
<i>Ajustamentos para:</i>			
Depreciação e amortização	7	20 480 548	15 709 682
Prejuízos cambiais não realizados		( 47 221)	1 222 946
Rendimento financeiro	8	( 15 078 917)	( 4 617 480)
Custo financeiro	8	2 878 543	1 894 692
Perdas em abates de activos tangíveis		4 620	-
Imposto sobre o rendimento	9	31 339 478	16 781 312
		<b>104 405 693</b>	<b>68 279 201</b>
<i>Variações em:</i>			
Contas a pagar entre empresas do grupo		( 367 714)	406 146
Clientes e outras contas a receber		( 7 049 146)	( 6 268 367)
Inventários		( 1 215 023)	( 112 375)
Benefícios dos empregados		( 1 890 810)	71 981
Fornecedores e outras contas a pagar		( 532 453)	2 542 176
Caixa gerado das actividades operacionais		<b>93 350 548</b>	<b>64 918 762</b>
Imposto sobre o rendimento pago	9	( 26 432 049)	( 10 649 301)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		<b>66 918 499</b>	<b>54 269 461</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>			
Aquisição de bilhetes de tesouro	14	( 25 952 427)	-
Juros recebidos	8	16 399 306	1 357 254
Aquisição de propriedade, instalações e equipamento	11	( 2 356 189)	( 24 712 400)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		<b>( 11 909 310)</b>	<b>( 23 355 146)</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos		( 36 923 478)	( 8 558 194)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		<b>( 36 923 478)</b>	<b>( 8 558 194)</b>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		18 085 711	22 356 121
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		154 556 309	132 215 938
Efeitos dos movimentos cambiais em caixa detido		( 653 098)	( 15 750)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15	<b>171 988 922</b>	<b>154 556 309</b>

## IX. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Entidade Relatora

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique em 26 de Outubro de 2000, controlada pela sua empresa-mãe *Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH)*, que detém 70% das acções da empresa, tendo como actividade principal o desenvolvimento das operações petrolíferas.

A empresa foi nomeada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), realizar as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane, visto que a empresa produz e vende apenas gás e opera de forma integrada, a mesma reporta-se como um único segmento operacional. Todos os activos não correntes estão sediados em Moçambique e o rédito é gerado dentro de Moçambique.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CP). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo de venda dos direitos de concessão (*Farm-Out*) foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à Corporação Financeira Internacional (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH exercer o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes documentos:



- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;
- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota do rendimento e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

Em 2015, o Governo de Moçambique aprovou a segunda emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando assim efeito a expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP de 183 MGJ/ ano para 197MGJ/ano, possibilitando às vendedoras fornecer as quantidades contratuais máximas diárias, para a compradora, ao abrigo do Contrato de Venda de Gás (GSA1).

A empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A”, Maputo, Moçambique.

## 2. Base de Preparação

### 2.1 Base contabilística e conformidade com a (NIRF)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF) conforme emitidas Conselho Internacional de Normas Contabilísticas com base no custo histórico, salvo indicação em contrário. As transacções e os saldos relativos à participação da empresa nas Operações Conjuntas baseiam-se nas declarações de facturação e nas informações fornecidas pelo operador.

### 2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte-Americanos, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte-Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar Norte-Americano mais próxima.

### 2.3 Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

À data de autorização das demonstrações financeiras da empresa relativas ao exercício findo em 30 de Junho de 2023, estão em vigor as seguintes Normas e Interpretações, mas ainda não entraram em vigor:

*Com efeito para o exercício financeiro com início em 1 de Julho de 2023*

- Classificação de passivos como correntes ou não correntes (Emendas à NIC 1)
- Passivo de locação numa venda e relocação (Emendas à NIRF 16)
- Passivos não correntes com convénios (emendas à NIC 1)
- Venda ou contribuição de activos entre um investidor e a sua associada ou empreendimento conjunto (alterações à NIRF 10 e à NIC 28)

Todas as normas e interpretações relevantes serão adoptadas na data da sua entrada em vigor. Segue-se um resumo das normas relevantes e do impacto financeiro esperado na empresa;

#### *Classificação dos passivos como correntes ou não correntes (emendas à NIC 1)*

De acordo com os actuais requisitos da NIC 1, as empresas classificam um passivo como corrente quando não têm um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o final do período de relato. Como parte das suas emendas, o Conselho eliminou o requisito de que um direito seja incondicional e, em vez disso, exige agora que um direito de diferir a liquidação tenha substância e exista no final do período de relato. Há orientações limitadas sobre como determinar se um direito tem substância e a

avaliação pode exigir que a direção exerça um julgamento interpretativo. O requisito existente de ignorar as intenções ou expectativas da administração quanto à liquidação de um passivo ao determinar a sua classificação mantém-se inalterado. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente a partir da data de entrada em vigor. Não se prevê qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa devido à aplicação destas emendas.

*Venda ou contribuição de activos entre um investidor e a sua associada ou empreendimento conjunto (emendas à NIRF 10 e à NIC 28)*

Durante o mês de Julho de 2012, o Comité de Interpretações sugeriu alterações à NIC 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos e à NIRF 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas devido ao conflito entre os requisitos da NIC 28 (2011) e da NIRF 10. O IASB e o Comité de Interpretações também concluíram que um ganho ou perda total deve ser reconhecido na perda de controlo de um negócio, quer o negócio esteja alojado numa subsidiária ou não.

O Comité recomendou que a NIC 28 (2011) seja emendada de modo a que os actuais requisitos relativos ao reconhecimento parcial de ganhos ou perdas para transacções entre um investidor e a sua associada ou empreendimento conjunto apenas se apliquem ao ganho ou perda resultante da venda ou contribuição de activos que não constituam uma atividade empresarial tal como definido na NIRF 3 Concentrações de Actividades Empresariais; o ganho ou perda resultante da venda ou contribuição para uma associada ou um empreendimento conjunto de activos que constituam uma atividade empresarial tal como definido na NIRF 3 é reconhecido na totalidade.

Foi igualmente recomendada a emenda da NIRF 10 de modo a que o ganho ou perda resultante da venda ou contribuição de uma subsidiária que não constitua um negócio, tal como definido na NIRF 3, para uma associada ou empreendimento conjunto, seja reconhecido apenas na medida dos interesses dos investidores não relacionados na associada ou empreendimento conjunto. Não se espera um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que não existem tais transacções ou planos.

### 3. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas referentes a 3.1 a 3.16 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1. Operações Conjuntas

Conforme mencionado na nota 1, a Entidade é parte da operação conjunta com 25% de interesse participativo. As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de uma operação conjunta (*Joint Operation*), nos termos da qual a locação não é registada como uma empresa separada, mas cada parte da operação conjunta, nos termos do empreendimento conjunto, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos, despesas e réditos das operações.

#### 3.2. Transacções em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data de reporte.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção. As diferenças de câmbio resultantes da conversão são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte do rendimento ou custos financeiros.

#### 3.3. Instrumentos Financeiros

##### *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber e os títulos de dívida emitidos são inicialmente reconhecidos quando são originados. Todos os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro (a menos que seja contas a receber sem uma componente de financiamento significativa) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor acrescido, para um item não seja pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção que sejam directamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão. Contas a receber sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo preço da transacção.

### *Classificação e mensuração*

A Empresa classificou seus activos financeiros como escriturados ao custo amortizado. A classificação é realizada de acordo com o modelo de negócios determinado com base na finalidade dos benefícios dos activos financeiros e fluxos de caixa esperados. De acordo com a avaliação, os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros. Os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

### *Activos financeiros escriturados ao custo amortizado*

Os activos detidos para a cobrança de fluxos de caixa contratuais onde esses fluxos de caixa representam apenas pagamentos de capital e juros, cujos pagamentos são fixos ou pré-determinados, que não são activamente negociados e que não são instrumentos derivados, são mensurados pelo custo amortizado. São incluídos nos activos correntes, excepto para as maturidades acima de 12 meses após a data do balanço. Os com prazo de maturidade superior a 12 meses são classificados como activos não correntes. Os activos financeiros da Empresa escriturados ao custo amortizado compreendem "contas a receber" (resultantes de transacções no âmbito da NIRF 15) e "caixa e equivalentes de caixa" nas demonstrações financeiras. Estes activos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juro efectivo. O montante bruto escriturado é reduzido pela provisão para perdas de crédito esperadas. Os rendimentos financeiros, ganhos e perdas cambiais e imparidade são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros, a entidade considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenda a essa condição. A entidade aplicou abordagem simplificada e utilizou matriz de imparidade para o cálculo da mesma referente as suas contas a receber contabilizados ao custo amortizado, uma vez que não compreendem nenhum componente financeiro significativo. O modelo de perda de crédito esperada envolve uma abordagem de três estágios em que os activos financeiros passam pelos três estágios à medida que sua qualidade de crédito muda. a Entidade determina como mensura as perdas por redução ao valor recuperável e aplica o método de juros efectivos. Uma abordagem simplificada é permitida para activos financeiros que não possuem um componente de financiamento significativo (por exemplo, contas a receber de clientes). Para mensurar a perda de crédito esperada, as contas a receber foram agrupadas com base nas características de risco de crédito compartilhado e nos dias de atraso.



### *Desreconhecimento*

#### *Activos financeiros*

A Empresa desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do activo financeiro expiram ou quando transfere o activo financeiro numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo financeiro são transferidos ou em que a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à retenção do controlo sobre o activo financeiro.

A empresa realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Ganhos ou perdas com o desreconhecimento são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

#### *Passivos financeiros*

A empresa desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas ou expiram. A Empresa desreconhece igualmente um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido ao justo valor.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada extinta e a contraprestação paga (incluindo quaisquer activos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

### *Compensação*

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a entidade tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

### *Capital Social*

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.



### 3.4. Propriedade, instalações e equipamento

#### *Reconhecimento e mensuração*

Os itens de Propriedade, instalações e equipamento são inicialmente mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui todos os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauração do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de Propriedade, instalações e equipamento tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) da propriedade, instalações e equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de Propriedade, instalações e equipamento são determinados pela comparação das receitas de venda com quantia escriturada dos itens de Propriedade, instalações e equipamento e são reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas.

O gasto capitalizado inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos indirectos que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o uso pretendido. Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades provadas são capitalizados como activos minerais no activo imobilizado na data do comissionamento. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados ao custo menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação dos activos de exploração e as despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de desmantelamento, baseiam-se no método das unidades de produção, numa base campo a campo, calculado utilizando as reservas de petróleo e gás comprovadamente desenvolvidas. Estas reservas são remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos peritos entidade utilizado para o cálculo da depreciação retrospectiva desde o início de cada exercício financeiro. Para adequação dos números de reservas, a entidade também consulta o Relatório do consultor externo (o relatório de vendas e reservas do operador de Operações Conjuntas).

### *Custos subsequentes*

O custo de substituição de parte de um item de Propriedade, instalações e equipamento é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte irão fluir para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O custo de manutenção diária da propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

### *Depreciação*

O Custo de desenvolvimento capitalizado é mensurado ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. A depreciação dos activos de exploração e as despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de desmantelamento, baseiam-se no método das unidades de produção, numa base campo a campo, calculado utilizando as reservas de petróleo e gás comprovadamente desenvolvidas. Estas reservas são remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos peritos entidade utilizado para o cálculo da depreciação retrospectiva desde o início de cada exercício financeiro. Para adequação dos números de reservas, a entidade também consulta o Relatório do consultor externo (o relatório de vendas e reservas do operador de Operações Conjuntas).

Para os outros activos, as depreciações são reconhecidas em lucros e perdas numa base linear sobre as vidas úteis estimadas de cada item de Propriedade, instalações e equipamento. O investimento em curso não é depreciado.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

- Veículos automóveis	4 - 5 anos
- Equipamento	4 – 10 anos
- Edifícios	50 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

### 3.5. Activos de exploração e avaliação e CP

O método dos esforços bem-sucedidos é utilizado para prestar contas das actividades de exploração e avaliação de gás. Os custos geológicos e geofísicos, relacionados com poços exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nos lucros ou prejuízos, conforme incorridos após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em Propriedade, instalações e equipamento. Estes custos permanecem capitalizados, pendentes da determinação das reservas de petróleo e gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar a despesa como um activo. Quando o valor recuperável de pesquisa e avaliação for determinado a ser menor que o valor contabilístico, uma perda por imparidade é reconhecida.

A fase de desenvolvimento é a fase em que a viabilidade técnica e comercial da extracção de uma reserva é demonstrada e a reserva identificada é preparada para as actividades de produção. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de forma confiável, o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros forem prováveis e a Empresa pretende e possui recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo.

As despesas capitalizadas incluem o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relacionados com o desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outras despesas de desenvolvimento são reconhecidas em lucros ou prejuízos, conforme incorridas. Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades comprovadas são capitalizados como activos minerais na da propriedade, instalações e equipamento na data do comissionamento.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas são mensuradas ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas.

### 3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo e subsequentemente registados ao custo menos as amortizações acumuladas e as perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos irão fluir para a empresa a partir dos activos e se os custos dos activos puderem ser mensurados de forma fiável. A empresa revê o método, período do consumo do activo e quantia escriturada do activo intangível em cada data de relato. Os activos intangíveis consistem unicamente em direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, nos termos de um Contrato de Produção Petrolífera assinado em Outubro de 2000 que expirará em 2034. Estes activos intangíveis são amortizados numa base linear até 2029.

#### *Custos subsequentes*

A despesa subsequente apenas é capitalizada quando o aumento dos benefícios económicos futuros incorporados no activo específico com o qual está relacionada, é provável. Qualquer outra despesa é reconhecida nos lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

### 3.7. Provisões

As provisões para restauração ambiental e acções judiciais são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal presente ou construtiva como resultado de eventos passados; é provável que seja necessário um fluxo de recursos para liquidar a obrigação; e o montante pode ser estimado de forma fiável. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local é reconhecida como e quando surge a responsabilidade ambiental.

Quando uma obrigação de abandono e ambiental resulta de actividades de desenvolvimento de minas, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação resulta das actividades de produção de minas, os custos são capitalizados. As provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa esperados a uma taxa antes de impostos, reflectindo as taxas de mercado actuais e os riscos específicos do passivo. As alterações às provisões que foram capitalizadas no reconhecimento inicial no custo do activo associado são adicionadas ou deduzidas ao quantia escriturada do activo.

Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de exfluxo ser requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. O reforço das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

### 3.8. Imparidade dos Activos

A Empresa reconhece as provisões para Perdas de Crédito Esperadas sobre activos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A empresa calcula as perdas de crédito esperadas ao longo da vida para todas as contas a receber sem uma componente de financiamento significativa. Para todos os outros activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a entidade usa a abordagem geral para determinar as perdas de crédito esperadas e avalia se o aumento no risco de crédito desde o reconhecimento inicial é significativo ou não.

Ao determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar a perda de crédito esperada, a empresa considera informações razoáveis suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido. Isso inclui quantidades e informações qualitativas e análises, com base na experiência histórica da Empresa e avaliação de crédito informada e incluindo informações prospectivas.

A empresa presume que o risco de um activo financeiro aumentou significativamente se ele estiver vencido há mais de 30 dias.

*Definição de incumprimento:*

A Empresa considera um activo financeiro em incumprimento quando:

- é improvável que os mutuários paguem integralmente suas obrigações de crédito para com a Empresa, sem o recurso da Empresa para acções como realização (se houver);
- o activo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa das perdas de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.



### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada de probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como o valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As Perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juro efectiva do activo financeiro.

### *Activos financeiros com imparidade*

Em cada data de relato, a Empresa avalia se os activos financeiros escriturados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro sofre uma " imparidade de crédito" quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro. A evidência de que um activo financeiro encontra-se em situação de perda por imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- uma violação de contrato, tal como um incumprimento ou um atraso de mais de 90 dias;
- A reestruturação de um empréstimo ou adiantamento por parte da Empresa em termos que a Empresa não consideraria de outra forma;
- É provável que o mutuário entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de um mercado activo para um título devido a dificuldades financeiras.

### *Apresentação da provisão para perda de crédito esperada na demonstração da posição financeira*

As provisões para perdas para activos financeiros mensurados ao custo amortizado são deduzidas da quantia escriturada bruta dos activos.

### *Abate*

A quantia bruta escriturada de um activo financeiro é abatido (parcial ou totalmente), na medida em que não existe uma perspectiva realista de recuperação. Este é geralmente o caso em que a Empresa determina se o devedor não tem activos ou fontes de rendimento que possam gerar fluxos de caixa suficientes para reembolsar os montantes sujeitos ao abate. No entanto, os activos financeiros que são abatidos ao activo poderiam ainda estar sujeitos a actividades de aplicação, a fim de cumprir os procedimentos da Empresa para a recuperação dos montantes devidos.



### *Activos não financeiros*

As quantias escrituradas dos activos da Empresa, para além dos inventários, são revistas em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se tal indicação existir, o montante recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de activos identificável que gera fluxos de caixa que são em grande parte independentes de outros activos e grupos. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos, sua unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. A empresa classifica o activo de exploração e avaliação e a Unidade Central de Processamento (CPF) CPF como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC).

A quantia recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes dos outros activos, a quantia recuperável é determinada para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

### **3.9. Imposto Sobre o Rendimento**

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos nos lucros ou prejuízos, excepto na medida em que o imposto resulte de uma transacção ou evento que seja reconhecido, no mesmo período ou num período diferente, fora dos lucros ou prejuízos, quer em outro rendimento integral, quer directamente no capital próprio.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e a respectiva base de tributação.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os direitos de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus direitos e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revisto em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

### **3.10. Benefícios dos empregados**

O custo de todos os benefícios a curto prazo do empregado, tais como salários, direito a férias, bónus, assistência médica e outras contribuições, são reconhecidos durante o período em que o empregado presta o respectivo serviço. A Empresa reconhece o custo esperado dos bónus apenas quando a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de fazer tal pagamento e uma estimativa fiável pode ser feita.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo empregado.

As contribuições são feitas para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), o plano nacional de segurança social, um plano de contribuição definida, que todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a fazer as contribuições que se baseiam numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrem.

### Plano de contribuição definida

O fundo de benefício definido foi criado em 2016. A obrigação líquida da empresa em relação aos planos de benefícios definidos é calculada estimando o valor do benefício futuro que os empregados auferiram nos períodos actual e anterior, descontando esse valor e deduzindo o justo valor de quaisquer activos do plano.

O cálculo das obrigações de benefício definido é realizado anualmente por um actuário qualificado, utilizando o método de crédito unitário projectado. Quando o cálculo resulta em um activo potencial para a empresa, o activo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios económicos disponíveis na forma de qualquer reembolso futuro do plano ou reduções nas contribuições futuras ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios económicos, são considerados os requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido, que compreendem ganhos e perdas actuariais, o retorno dos activos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do activo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outro Rendimento Integral. A empresa determina a despesa (rendimento) líquida de juros no passivo (activo) líquido de benefícios definidos para o período aplicando a taxa de desconto utilizada para mensurar a obrigação de benefícios definidos no início do período anual ao passivo líquido de benefícios definidos (activo), tendo em conta quaisquer alterações no passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período, como resultado de contribuições e pagamentos de benefícios. A despesa líquida de juros e outras despesas relacionadas a planos de benefícios definidos são reconhecidas no resultado.

### Benefícios a curto prazo

As obrigações de benefícios a curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada e são pagas à medida que o serviço relacionado é prestado. É reconhecido um passivo pelo montante que se espera pagar sob bónus a curto prazo se a empresa tiver uma obrigação legal presente ou construtiva de pagar o montante como resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

### 3.11. Inventários

Os inventários são mensurados ao menor do custo e do valor líquido realizável. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição dos inventários, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para os trazer para o seu local e condição existentes.

O custo dos líquidos de gás natural é determinado utilizando o método de avaliação primeiro a entrar primeiro a sair (*first-in-first-out - FIFO*) enquanto o custo do processo, manutenção e outros materiais é determinado utilizando o preço de custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio, menos o custo de conclusão e as despesas de venda.

### 3.12. Reconhecimento do Rédito

O rédito é mensurado com base em considerações específicas nos contratos com o cliente. A empresa reconhece o rédito a partir do momento em que os bens são entregues e aceites pelo cliente. No âmbito dos contratos não existem obrigações cumpridas fora do prazo.

O rédito é o valor da contraprestação que a empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços prometidos a um cliente, excluindo os valores cobrados em nome de terceiros. O rédito é reconhecido livre dos direitos de uso (*royalties*) pagos ao Governo, rendimentos, impostos indirectos, deduções do imposto e descontos. Na produção e venda de gás a transferência e propriedade ocorre quando o gás é fisicamente entregue na entrada do gasoduto e os líquidos no ponto de carregamento na CPF.

O rédito é apresentado líquido de royalties. Os *royalties* são impostos ao petróleo produzido no território moçambicano, a partir de um depósito de petróleo. A base fiscal para os royalties é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas em resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou negligência. Os royalties são cobrados a 5% do valor do gás natural, condensado produzido ou extraído e vendido, menos o custo de transporte, recolha e processamento. A empresa paga royalties através do operador, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas.

### 3.13. Custos operacionais

Os custos operacionais incluem despesas com o pessoal, depreciação, amortização, bens e serviços. Os custos operacionais são registados no período em que esses custos estão relacionados. Estes custos referem-se às actividades operacionais conjuntas.

### 3.14. Dividendos

A CMH deverá pagar os dividendos de acordo com a Política de Dividendos que estabelece que a distribuição agregada será de 50% do lucro líquido.

Os dividendos são reconhecidos mediante declaração, quando os direitos tiverem sido estabelecidos. Consequentemente, a empresa considera que o montante de dividendos pagos, conforme aprovado pelos accionistas, deve ser deduzido dos resultados transitados.

### 3.15. Rendimentos e custos financeiros

Os rendimentos financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos estão também inclusos como rendimento financeiro ou custos financeiros.

### 3.16. Resultados por acção

A empresa apresenta resultados por acção básicos e diluídos por cada acção ordinária. O resultado por acção básico, é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários da empresa pela quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação durante o período. O resultado por acção diluído é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, para os efeitos de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras.

## 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro requer que o órgão de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas como julgamentos e premissas significativos estão envolvidos na avaliação das reservas minerais remanescentes, preços de petróleo e gás no mercado internacional, taxas de juros futuras e a base do processo de orçamentação e estimativas de custos futuros para diferentes projectos de reabilitação em vista das obrigações relevantes. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados.



Julgamentos significativos estão envolvidos;

- na mensuração da vida útil da Propriedade, instalações e equipamento (enquanto estima as reservas minerais) e na avaliação da Propriedade, instalações e equipamento,
- na estimativa dos requisitos de fundos para a obrigação de restauração do local;

A informação detalhada sobre estes julgamentos e a aplicação das políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras é mencionada nas seguintes notas:

Nota 11 - Mensuração da Propriedade, instalações e equipamentos: principais pressupostos sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos incorporados nos activos.

Nota 19 - Reconhecimento e mensuração da provisão para abandono e reabilitação ambiental: principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude de um exfluxo de recursos.

### Mensuração do justo valor

Uma série de políticas e divulgações contabilísticas da Empresa requerem a mensuração de justos valores, tanto para activos e passivos financeiros como não financeiros.

A Empresa possui uma estrutura de controlo estabelecida relativamente à mensuração dos justos valores. A entidade reguladora analisa os dados não observáveis e os ajustamentos de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretores ou serviços de preços, forem utilizadas para mensurar justos valores, então a equipa de avaliação avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumprem os requisitos das NIRF, incluindo o nível na hierarquia do justo valor em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. O justo valor é classificado em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos *inputs* utilizados nas técnicas de avaliação, como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.
- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).
- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados observáveis (dados não observáveis).



Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam classificados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é classificado na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração.

## 5. Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve alterações nas políticas contabilísticas durante o exercício.

## 6. Rédito

	2023 USD	2022 USD
Gás Natural	128 127 335	94 705 415
Condensado	3 280 108	3 807 780
	<b>131 407 443</b>	<b>98 513 195</b>

## 7. Custo de venda

	Nota	2023 USD	2022 USD
Salário e custos relacionados (a)		1 808 940	2 049 559
Contribuição para o Instituto Nacional de Segurança Social (b)		55 628	63 028
Custos operacionais - Operações conjuntas (c)		16 068 754	20 758 176
Custos de depreciação e amortização (d)	11 & 12	20 480 548	15 709 682
		<b>38 413 870</b>	<b>38 580 445</b>

(a) Refere-se à participação da empresa nos custos relativos aos colaboradores nos campos de gás e CPF.

(b) Refere-se às contribuições do operador da operações conjuntas para o plano de contribuição definida gerido pelo Estado.

(c) Refere-se à contribuição da empresa nos custos operacionais incorridos nas operações conjuntas pela operadora. O valor inclui custos de engenharia, custos de manutenção e despesas de rotina na área de gás e CPF.

(d) É composto principalmente pela depreciação dos activos de exploração e avaliação e do CPF que é calculada com base nas reservas estimadas.

## 7.1 Custos administrativos

	2023 USD	2022 USD
<b>Fornecimentos e serviços</b>	<b>2 387 030</b>	<b>2 319 089</b>
Honorários de auditoria	256 881	213 215
Programa de desenvolvimento social	1 253 149	649 136
Viagens	105 625	321 480
Manutenção e reparação	15 941	243 747
Serviços prestados pela a ENH	169 816	549 330
Outros custos	585 618	342 181
<b>Custos com pessoal</b>	<b>6 049 344</b>	<b>4 394 067</b>
Remuneração dos empregados	4 300 102	3 383 102
Remuneração dos Administradores	792 886	512 721
Segurança social	164 076	115 315
Formação	118 871	94 584
Segurança Social Complementar	487 409	288 345
Outros custos com pessoal	186 000	-
	<b>8 436 374</b>	<b>6 713 156</b>

## 8. Rendimento financeiro líquido

		2023 USD	2022 USD
<b>Rendimento financeiro</b>	<b>Nota</b>	<b>15 632 595</b>	<b>4 921 901</b>
Juros		15 078 917	4 617 480
Ganhos cambiais		553 678	304 421
<b>Custo financeiro</b>		<b>( 4 300 927)</b>	<b>( 4 119 961)</b>
Juro notional sobre o efeito das disposições ambientais	19	( 2 878 543)	( 1 894 692)
Perdas cambiais		( 1 241 620)	( 2 214 452)
Despesas bancárias		( 180 764)	( 7 817)
<b>Rendimento financeiro líquido</b>		<b>11 331 668</b>	<b>801 940</b>

Receitas de juros referem-se aos depósitos a taxa fixa nas contas *onshore* e *offshore*. Neste ano mais fundos foram mantidos nas contas de depósitos fixos, o que resultou em maiores rendimentos de juros.

## 9. Imposto Sobre o Rendimento

	2023 USD		2022 USD
<b>9.1 Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos</b>			
<b>Imposto corrente</b>			
Exercício corrente	34 909 079		20 707 224
<b>Imposto diferido</b>			
Origem e reversão de diferenças temporárias <sup>1</sup>	( 3 569 601)		( 3 925 912)
	<u>31 339 478</u>		<u>16 781 312</u>
<b>9.2 Reconciliação da taxa efectiva</b>			
Lucro antes de imposto	96 168 120		54 069 361
Imposto usando de acordo com a taxa da empresa	32% 30 773 798	32%	17 302 196
Despesas não dedutíveis (9.2 a)	0.22% 66 632	0.84%	456 241
Depreciações não dedutíveis (9.2 b)	0.78% 499 048	-1.84%	( 977 125)
	33% <u>31 339 478</u>	31%	<u>16 781 312</u>
<p>(9.2a) Refere-se a custos de veículos ligeiros de passageiros, despesa de representação, imposto por conta de outrem e diferenças de câmbio não realizadas.</p>			
<p>(9.2b) A depreciação refere-se a limitação dos montantes aceites em conformidade com a lei fiscal.</p>			
<b>9.3 Passivo por imposto diferido</b>			
2023	Saldo líquido 30 de Junho de 2023	Reconhecimento em lucros e perdas	Saldo líquido 30 de Junho de 2022
Propriedade, instalações e equipamentos	36 534 389	( 3 855 962)	40 390 351
Activos intangíveis	1 246 211	( 207 702)	1 453 913
Ganhos cambiais não realizados	( 15 111)	494 064	( 509 174)
	<u>37 765 489</u>	<u>( 3 569 601)</u>	<u>41 335 090</u>
2022	Saldo líquido 30 de Junho de 2022	Reconhecimento em lucros e perdas	Saldo líquido 30 de Junho de 2021
Propriedade, instalações e equipamentos	40 390 351	( 3 090 287)	43 480 638
Activos intangíveis	1 453 913	( 207 702)	1 661 615
Ganhos cambiais não realizados	( 509 174)	( 627 923)	118 749
	<u>41 335 090</u>	<u>( 3 925 912)</u>	<u>45 261 002</u>
<b>9.4 Imposto sobre rendimento (a receber)/ a pagar</b>			
Saldo inicial	6 759 139		( 3 298 784)
Pagamento durante o exercício	( 26 432 049)		( 10 649 301)
Imposto corrente	34 909 079		20 707 224
Saldo de fecho	<u>15 236 169</u>		<u>6 759 139</u>

<sup>1</sup> A variação refere a diferenças temporárias originadas pela propriedade, instalações e equipamento, ganhos e perdas de diferenças de câmbios não realizadas e por activos intangíveis (direitos de concessão).

As autoridades tributárias em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações de impostos avaliados pelas empresas. Os impostos declarados pelas empresas às Autoridades Tributária permanecem abertas e podem ser sujeitas a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão face aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas Autoridades Tributária.

Na nota 9.4, o saldo final a pagar de USD 15 236 169 não inclui o ajustamento do imposto a receber no valor de USD 3 298 784 cujo reembolso foi solicitado às autoridades tributárias.

## **10. Resultados por acção e dividendos por acção**

### **10.1 Resultado por acção**

Os resultados por acção básicos foram calculados com base no lucro após impostos de USD 64 828 642 (2022: USD 37 288 049) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (2022: 5 934 115).

Os resultados por acção diluídos são iguais aos resultados por acção básicos tendo em conta que a empresa não tinha instrumentos financeiros diluítivos à data de relato.

A reconciliação da quantidade de acções não é necessária, uma vez que não houve mudança nos números de base. O resultado por acção é USD 10.92 (2022: USD 6.28).

### **10.2 Dividendos pagos por acção**

O dividendo pago por acção ascende a USD 6.22 (2022: USD 1.44).

## 11. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício – escritórios	Veículos e Equipamento	Activos de Mineração e CPF	Investimento em curso	Total
	USD	USD	USD	USD	USD
<b>Custo</b>					
Saldo em 1 de Julho de 2020	2 024 101	1 451 689	321 108 058	40 670 608	365 254 456
Adições	-	344 911	397 663	23 969 826	24 712 400
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação	-	-	5 921 077	-	5 921 077
Alienação	9 108	( 383 128)	( 12 235 544)	( 19 587 444)	( 32 197 008)
Saldo em 30 de Junho de 2021	2 033 209	1 413 472	315 191 254	45 052 990	363 690 925
Saldo em 1 de Julho de 2021	2 033 209	1 413 472	315 191 254	45 052 990	363 690 925
Adições	-	75 040	199 827	2 081 322	2 356 189
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação	-	-	( 12 427 231)	-	( 12 427 231)
Alienação / Transferência	-	( 348 771)	-	-	( 348 771)
Transferências	-	120 000	35 684 480	( 35 804 480)	-
Saldo em 30 de Junho de 2022	2 033 209	1 259 741	338 648 330	11 329 832	353 271 112
(a)					
<b>Depreciação Acumulada</b>					
Saldo em 1 de Julho de 2020	405 124	1 019 548	195 299 312	-	196 723 984
Depreciação do exercício	40 664	348 993	14 670 678	-	15 060 335
Alienações	-	( 374 020)	( 31 822 988)	-	( 32 197 008)
Saldo em 30 de Junho de 2021	445 788	994 521	178 147 002	-	179 587 311
Saldo em 1 de Julho de 2021	445 788	994 521	178 147 002	-	179 587 311
Depreciação do exercício	40 664	329 116	19 461 698	-	19 831 478
Alienação	-	( 344 151)	-	-	( 344 151)
Saldo em 30 de Junho de 2022	486 452	979 486	197 608 700	-	199 074 638
<b>Quantia escriturada</b>					Representa um
Em 1 de Julho de 2020	1 618 977	432 141	125 808 746	40 670 608	168 530 472
Em 1 de Julho de 2021	1 587 421	418 951	137 044 252	45 052 990	184 103 614
Em 30 de Junho de 2022	1 546 757	280 255	141 039 630	11 329 832	154 196 474

aumento na estimativa dos custos de encerramento e reabilitação do local.

O aumento e diminuição do activo de restauração e reabilitação do local não é um item de caixa, portanto, não é considerado nos fluxos de caixa das actividades de investimento, na demonstração de fluxos de caixa.

Os Activo de Exploração e Avaliação e CP compreendem 25% da despesa de capital da operação conjunta, nomeadamente: custo de exploração dos furos, custo de conclusão dos furos de produção, custo adicionais de perfuração, custo de desenvolvimento de activos, bem como a CP.

Pressupostos significativos estão envolvidos durante a avaliação de imparidade do activo de exploração e avaliação e CP, incluindo:

- As reservas minerais remanescentes;
- Preços de petróleo e gás no mercado internacional;
- Taxas de juros futuras; e
- Base do processo orçamentário

O ajustamento no custo de abandono e reabilitação do local representa a redução no custo estimado devido a mudanças nas taxas de desconto e na mudança na estimativa bruta do passivo de reabilitação.

## 12. Activos Intangíveis

	Direitos de Concessão USD
<b>Custo</b>	
Em 1 de Julho de 2021	19 234 335
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2022	<u>19 234 335</u>
Em 1 de Julho de 2022	19 234 335
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2023	<u>19 234 335</u>
<b>Amortização Acumulada</b>	
Em 1 de Julho de 2021	14 041 509
Amortização do exercício	649 347
Saldo em 30 de Junho de 2022	<u>14 690 856</u>
Em 1 de Julho de 2022	14 690 856
Amortização do exercício	649 070
Saldo em 30 de Junho de 2023	<u>15 339 926</u>
<b>Quantia escriturada</b>	
Em 1 de Julho de 2021	5 192 826
Saldo em 30 de Junho de 2022	<u>4 543 479</u>
Saldo em 30 de Junho de 2023	<u>3 894 409</u>

Os activos intangíveis compreendem os direitos/custos transferidos pela empresa-mãe ENH para o projecto de gás (campos de Pande e Temane). Inicialmente os direitos de concessão estavam em nome da ENH que foram transferidos para a CMH aquando da sua constituição e estes custos estão a ser amortizados ao longo da vigência da concessão.



### 13. Inventário

	2023 USD	2022 USD
Materiais de manutenção	2 317 730	1 102 707
	<b>2 317 730</b>	<b>1 102 707</b>

### 14. Clientes e outras contas a receber

	2023 USD	2022 USD
<b>14.1) Clientes</b>	14 639 294	10 766 893
Clientes das Operações Conjuntas (Nota 26.2)	14 639 294	10 766 893
<b>14.2) Outras contas a receber</b>	33 575 044	5 766 261
Bilhetes de Tesouro	25 952 427	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	985 258	900 989
Pré-pagamento	621 607	735 693
Juro recebidos	1 939 837	3 260 226
Reembolso do imposto	4 075 915	869 353
	<b>48 214 338</b>	<b>16 533 154</b>

### 15. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023 USD	2022 USD
Caixa disponível	415	606
Caixa em bancos	171 988 507	154 555 703
Conta <i>On-shore</i> da CMH (i)	46 410 993	755 974
Conta de Receitas (ii)	2 662 201	15 270 852
Conta de Reserva para despesas de investimento (iii)	-	1 490
Conta operacional estrangeira (iv)	-	24 898
Conta de Reserva para o serviço da dívida (v)	-	2 489
Depósitos a taxa fixa – conta <i>onshore</i> (vi)	75 915 313	125 500 000
Depósitos a taxa fixa – conta USD <i>offshore</i> (vi)	47 000 000	13 000 000
	<b>171 988 922</b>	<b>154 556 309</b>

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são as seguintes:

- i. A conta *Onshore* da CMH (Conta *Onshore* em Meticais e Conta *Onshore* em Dólares) – as receitas recebidas em Meticais são depositadas na conta onshore e parte da chamada de caixa é paga em Meticais através desta conta. Os custos administrativos da CMH são pagas através desta conta. Durante o ano foram transferidos montantes das contas off shore para contas on shore que resultaram em aumento significativo do saldo.
- ii. As Contas de Receitas – nesta conta serão depositadas recebidas em Dólares Norte Americanos e parte das chamadas de caixa são pagas em Dólares Norte Americanos através desta conta. Durante o ano foram transferidos montantes das contas off shore para contas on shore que resultaram em diminuição significativo do saldo.
- iii. A Conta de Reserva para despesas de investimento – O saldo desta conta foi transferido para as contas onshore da CMH. Durante o ano foram transferidos montantes das contas off shore para contas on shore que resultaram em diminuição significativo do saldo.
- iv. A Conta Operacional Estrangeira - Esta conta destinava-se à liquidação de taxas e dívidas contra custos operacionais do projecto (denominados em dólares norte-americanos) e os custos administrativos da CMH que são pagáveis fora de Moçambique.
- v. A Conta de Reserva para serviço da dívida – O saldo desta conta foi transferido para as contas onshore da CMH.
- vi. Depósitos de taxa fixa – A CMH investe seus saldos excedentes em depósitos de taxa fixa junto aos bancos para rentabilizar. São considerados como caixa e equivalentes de caixa devido à natureza de curto prazo. Estes depósitos suportam taxas de juro fixas que variam entre 10,5-17,7% para depósitos baseados em MT, e 2,0% a 5,6% para depósitos baseados em USD.

## 16. Capital Social

		2023 USD		2022 USD
	%		%	
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 242 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringe pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “B” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

## 17. Reservas Legais

Nos termos da legislação moçambicana, a empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de acções. A empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta de reserva legal atingiu 20% do capital social. O valor acumulado da reserva é de USD 5 057 330 (2022: USD 5 057 330).

## 18. Reservas de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008. O valor acumulado da reserva é de USD 14 296 822 (2022: USD 14 296 822).

## 19. Provisões

Esta provisão diz respeito aos custos de encerramento e de reabilitação. De acordo com concessão outorgada, os operadores são obrigados a reabilitar a área no final da vida do projecto. A estimativa actual do custo de restauração do local e de reabilitação foi aumentado com o factor de inflação anual para o tempo remanescente, como para a recuperação local, e tal valor futuro foi descontado (utilizando uma taxa de desconto de 8.72%) para chegar ao valor presente dos custos de reabilitação da área do projecto. Há pressupostos significativos que estão envolvidos no processo de estimativa da obrigação de restauração e reabilitação do local, incluindo;

- Elementos de custo no final da concessão;
- Tempo do componente de custo individual;
- Taxa de inflação; e
- Taxa de desconto.

	2023 USD	2022 USD
<b>Longo Prazo</b>		
Saldo de abertura	67 266 699	62 764 546
Juros sobre provisões ambientais	2 653 231	1 831 198
Capitalizado em activos fixos tangíveis	( 13 405 624)	2 670 955
Saldo de fecho	<u>56 514 306</u>	<u>67 266 699</u>
<b>Curto Prazo</b>		
Saldo de abertura	4 272 873	3 012 287
Juros sobre provisões ambientais	225 311	66 494
Varição na quantia capitalizada em activos tangíveis	978 393	3 250 122
Accionada durante o ano	( 2 921 290)	( 2 056 030)
Saldo de fecho	<u>2 555 287</u>	<u>4 272 873</u>
<b>Total</b>	<u>59 069 593</u>	<u>71 539 572</u>
<b>Fluxo de caixa esperado</b>		
Dentro de um ano	2 555 287	4 272 873
1 - 5 anos	29 413 476	26 980 563
Mais que cinco anos	27 100 830	40 286 136
<b>Total</b>	<u>59 069 593</u>	<u>71 539 572</u>

A parcela de curto prazo da provisão refere-se aos projectos que serão finalizados em 12 meses.

## 20. Fornecedores e outras contas a pagar

	2023 USD	2022 USD
<b>Não-corrente</b>	140 595	110 252
<b>Corrente</b>		
Passivos correntes da operação conjunta	7 553 965	8 263 527
Fornecedores	2 742 011	1 963 237
Acréscimos e deferimentos das Operações conjuntas (a)	4 811 954	6 300 290
<b>Outros credores</b>	679 654	502 545
Fornecedores	376 907	142 762
Imposto retido na fonte, IRPS e INSS	207 336	311 148
Outras contas a pagar	95 411	48 635
	<b>8 233 619</b>	<b>8 766 072</b>

(a) Referem-se às diferentes provisões para as actividades das operações conjuntas para as operações do dia-a-dia e actividades de manutenção.

## 21. Contas a pagar entre empresas do Grupo

	2023 USD	2022 USD
<b>Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)</b>	63 480	431 193
	<b>63 480</b>	<b>431 193</b>

O montante a pagar à ENH é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de assistência técnica. É pago à curto prazo e não incorre juros.

## 22. Transacções com partes relacionadas

Para fins destas demonstrações financeiras, as partes são consideradas relacionadas à empresa se a empresa tiver a capacidade, directa ou indirectamente, de controlar ou controlar em conjunto a parte ou exercer influência significativa sobre a parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas também incluem o pessoal chave de gestão definido como aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar actividades directa ou indirectamente. O pessoal chave de gestão inclui todos os membros do Conselho de Administração e membros da Direcção Executiva. As partes relacionadas com a empresa incluem também o consórcio, bem como o Governo de Moçambique e a ENH, empresa pública detida pelo Governo de Moçambique.

A Sociedade é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH), que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem aos accionistas privados. Foram efectuadas as transacções seguintes:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Volume de transacções		Saldo devedor	
		2023 (USD)	2022 (USD)	2023 (USD)	2022 (USD)
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	Assistência técnica	169 816	549 330	63 479	431 193

Após a aprovação de qualquer Programa de Trabalho e Orçamento, se o Operador assim o solicitar, cada parte deverá adiantar a sua quota-parte dos fundos que se estimam que sejam necessários para as operações do mês seguinte.

Cada pedido de fundos deverá corresponder a quantia que o operador estima gastar, nas moedas exigidas, para satisfazer os pagamentos em dinheiro líquidos, deduzidos dos recebimentos em dinheiro, devidos no mês em causa nos termos de Programa de Trabalho e Orçamento. O pedido de fundos incluirá uma estimativa, para efeitos meramente informativos dos fundos necessários dos dois (2) meses subsequentes. As seguintes transacções ocorreram:

	Vendas em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade Gás e condensado (Nota 6)		Montante recebidos da Entidade Conjunta (JO)		Saldos no final do ano resultantes de compra de serviços, aluguer do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos fixos) Montante a pagar a Entidade Conjunta (Nota 20)	
	2023 (USD)	2022 (USD)	2023 (USD)	2022 (USD)	2023 (USD)	2022 (USD)
Sasol Gas, Petromoc, ENH Kogas, ENH através do joint operations.	132 779 112	98 513 195	-	-	-	-
Operações conjuntas (JO)	-	-	129 228 147	95 938 261	7 553 965	8 263 527

Os seguintes montantes foram transferidos para operações conjuntas (JO) através de pagamentos em numerário (*cash calls*).

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado	
		2023 (USD)	2022 (USD)
Operações conjuntas (JO)	Cash calls para despesas	26 608 162	48 875 220





## b. Movimentos líquidos benefícios definidos (activos) passivos

A tabela a seguir mostra uma reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais do passivo líquido de benefício definido (activo) e seus componentes.

	Passivos de Benefício Definido		Justo valor dos Activos do Plano		Passivo (Activo) Líquido de Benefício Definido	
	2023 (USD)	2022 (USD)	2023 (USD)	2022 (USD)	2023 (USD)	2022 (USD)
<i>Saldo em 1 de Janeiro</i>	3 593 003	3 019 054	(3 601 739)	(3 462 542)	( 7 935)	( 443 488)
<i>Incluído lucros e perdas</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Incluído lucros e perdas</i>	604 222	495 524	( 429 396)	( 407 332)	174 827	98 010
<i>Custo do serviço actual</i>	160 848	125 073	-	-	160 848	102 029
<i>Custo de juros (receita)</i>	443 375	370 451	( 429 396)	( 407 332)	13 979	( 4 019)
<i>Incluído em Outros resultados integrais</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Ganho Actuarial</i>	( 1 950 440)	263 534	( 240 180)	101 038	( 2 190 622)	( 364 572)
<i>Outros</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Diferença cambial líquida</i>	1 114	16 586	1 117	( 18 284)	3	1 898
<i>Contribuições pagas pelos membros e pela empresa</i>	36 661	20 261	( 140 758)	( 146 365)	( 104 096)	( 49 872)
<i>Benefícios pagos</i>	( 162 303)	( 82 016)	300 363	222 430	138 080	140 414
<i>Despesas pagas</i>	-	-	91 604	91 032	91 004	42 253
	2 120 823	3 593 804	( 4 019 568)	( 3 601 739)	( 1 898 745)	( 7 935)

Os activos do plano compreendem depósitos a prazo, bilhetes do tesouro e notas promissórias.

### i. Obrigação de benefício definido Pressupostos actuariais

	2023	2022
Taxa de desconto	12,02%	12,02%
Crescimento salarial futuro	7,16%	7,59%
Crescimento futuro da pensão	0,0%	5,5%
Taxa de inflação	6,16%	6,59%

O resumo das estatísticas dos membros para membros activos na data da avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados do sexo feminino	Nr. de empregados do sexo masculino
25-30	-	-
30-35	2	2
35-40	3	5
40-45	1	5
45-50	1	3
50-55	2	1
55-60	-	-

O resumo das estatísticas de associação para o pensionista na data de avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados
58-63	2

ii. Análise de sensibilidade

	Responsabilidade (USD)	Custo do serviço (USD)	Variação percentual de responsabilidade
Aumento salarial de 1% de inflação	2.21	2.21	4.38%
Redução de 1% de inflação salarial	2.04	2.04	-3.86%
Taxa de juros de avaliação 1% de aumento	1.95	1.95	-8.23%
Taxa de juros de avaliação 1% de redução	2.33	2.33	9.63%
Mortalidade pós-aposentadoria (1 ano mais velho)	2.03	0.56	-4.12%
Mortalidade pós-aposentadoria (1 ano mais jovem)	2.68	-	26.31%

iii. Perfil de maturidade

Período	Membros pensionistas e membros activos (% do passivo)
2021 – 2025	5%
2026 – 2030	20%
2031 – adiante	75%

Os benefícios de curto prazo dos empregados são compostos por salários e utilidades, mencionados na nota 7.

iv. Plano de composição dos activos

Descrição	Montante (USD)
Titulos públicos e corporativos	3 186 903
Caixa e equivalente de caixa	832 665
Total	4 019 568

## 24. Classificações Contabilísticas e justo valor

A tabela a seguir mostra as quantias escrituradas e o justo valor dos passivos financeiros, incluindo a sua hierarquia de justo valor. Não inclui informações sobre o justo valor dos passivos financeiros não mensurados ao justo valor, se o valor escriturado for uma aproximação razoável do justo valor.

### 30 de Junho 2023

#### Passivos financeiros não mensurados ao justo valor (USD)

	Nota	Quantia escriturada (USD)		Justo Valor (USD)			Total
		Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Clientes	14	14 639 294	14 639 294	-	14 639 294	-	14 639 294
Bilhetes de Tesouro	14	25 952 427	25 952 427	-	25 952 427	-	25 952 427
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	171 988 922	171 988 922	-	171 988 922	-	171 988 922
		<u>212 580 643</u>	<u>212 580 643</u>	<u>-</u>	<u>212 580 643</u>	<u>-</u>	<u>212 580 643</u>

### 30 de Junho 2022

#### Passivos financeiros não mensurados ao justo valor (USD)

	Nota	Quantia escriturada (USD)		Justo Valor (USD)			Total
		Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Clientes	14	16 533 154	16 533 154	-	16 533 154	-	16 533 154
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	154 556 309	154 556 309	-	154 556 309	-	154 556 309
		<u>171 089 463</u>	<u>171 089 463</u>	<u>-</u>	<u>171 089 463</u>	<u>-</u>	<u>171 089 463</u>

## 25. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos autorizados à data de relato, são os seguintes:

Tempo estimado das despesas	2023	2022
	USD	USD
Dentro de um ano	34 366 336	16 782 945
2 - 5 anos	5 921 035	2 946 647
	<u>40 287 371</u>	<u>19 729 592</u>

### Junho 2023

	Compromissos de capital bruto autorizados USD	Autorizados e contratados USD	Autorizados e não contratados USD
<b>Projectos de Operações Conjuntas</b>			
<i>Meric Drilling Campaign</i>	4 213 156	( 446 219)	4 659 375
<i>PPA Infill Wells Tranche 3</i>	18 013 637	8 694 626	9 319 011
<i>Plateau extension and Decline Optimisation Programme</i>	9 686 551	2 020 545	7 666 005
<i>PPA Surface Facilities</i>	2 347 558	11 671	2 335 887
Outros projectos	6 026 469	924 023	5 102 446
<b>Custos administrativos da CMH</b>	<b>2 257 787</b>	<b>-</b>	<b>2 257 787</b>
Sob a aquisição de propriedade, instalações e equipamento			
	<b>42 545 158</b>	<b>11 204 646</b>	<b>31 340 511</b>

### Junho 2022

	Compromissos de capital bruto autorizados USD	Autorizados e contratados USD	Autorizados e não contratados USD
<b>Projectos de Operações Conjuntas</b>			
<i>PPA – PPA Infill Wells (Tranche 1)-Well Y</i>	1 098 480	0	1 098 480
<i>PPA – PPA Infill Wells (Tranche 2)</i>	6 981 744	969 802	6 011 942
<i>Meric Drilling Campaign</i>	2 256 621	-18	2 256 639
<i>PPA Infill Wells Tranche 3</i>	2 118 618	608 441	1 510 177
Outros projectos	7 274 130	320 810	6 953 320
<b>Custos administrativos da CMH</b>	<b>1 180 000</b>	<b>-</b>	<b>1 180 000</b>
Sob a aquisição de propriedade, instalações e equipamento			
	<b>20 909 593</b>	<b>1 899 035</b>	<b>19 010 558</b>

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital do consórcio (JO).

## 26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

### Gestão de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Empresa. Os riscos da Empresa estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Empresa, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Empresa.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestão da Empresa.

As políticas de gestão de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são reexpressos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Empresa. A Empresa, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Empresa supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Empresa.

## 26.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a Empresa está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A Empresa desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

### 26.1.1 Risco Cambial

A Empresa incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Empresa realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical.

#### Exposição ao risco cambial

A exposição da Empresa ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	2023	2022
	MT	MT
Fornecedores	( 996 525 526)	( 8 584 469)
Caixa e equivalentes de caixa	3 712 890 515	6 193 170 515
	<u>2 716 364 989</u>	<u>6 184 586 046</u>



Abaixo apresentam-se as taxas de câmbio que foram aplicadas durante o exercício;

Data de Relato	Taxa média		Taxa à vista	
	30 de Junho 2023	30 de Junho 2022	30 de Junho 2023	30 de Junho 2022
MT por USD	64.51	64.44	64.51	64.47

### Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte-americano nas exposições da moeda estrangeira da Empresa, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 421 119 (2022: USD 949 799). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

### 26.1.2 Risco da taxa de juro

A Empresa não está exposta às alterações das taxas de juros dos seus depósitos a prazo, uma vez que o Conselho de Administração adopta a política de taxas de juro fixas. À data de reporte, nenhum dos depósitos a prazo tinha uma componente de taxa de juro variável. As taxas de juro acordadas para os depósitos a prazo em USD variaram até 2,0% a 5,6% enquanto que, para Meticais variaram entre 10,5% a 17,7%. As taxas fixas acordadas com as instituições financeiras não variam significativamente em relação às taxas de juro variáveis predominantes.

### Análise de Sensibilidade

	Carrying Amount	
	2023 USD	2022 USD
<b>Depósitos fixos</b>		
Depósito a prazo fixo com taxas de juro variáveis	-	-
Depósito a prazo fixo com taxas de juro fixas	122 915 313	137 500 000

Uma alteração na taxa de juro do mercado não tem qualquer impacto no capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos, uma vez que as taxas de juro são fixas.

### 26.1.3 Risco de preço de *commodities*

A empresa está exposta a mudanças nos preços de petróleo e gás no mercado internacional. Uma redução de 1% no aumento dos preços teria efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio e o lucro após impostos em USD 507 662 (2022: USD 208 168). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes. A empresa gere este risco acordando a componente fixa do preço nos acordos de venda.

### 26.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

A Administração possui política de crédito e a exposição ao risco de crédito é monitorada continuamente. A exposição de crédito é limitada, pois as contas a receber da empresa são devidas apenas ao parceiro da Operação Conjunta. A Entidade estabelece uma provisão para crédito incobrável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação a contas a receber de clientes e outros devedores. As principais componentes desta provisão são perdas específicas que se referem a exposição significativa.

A Empresa considera todas as contas a receber com mais de 90 dias de atraso como categoria de maior risco. As outras contas a receber são principalmente de bancos por conta de juros. A exposição máxima a riscos de crédito é representada pelo quantia escriturada de cada activo financeiro na demonstração de posição financeira. A Empresa utiliza instituições financeiras com boas classificações de crédito para gerir o risco de crédito relacionado aos saldos bancários. A Empresa considera que seu caixa e equivalentes de caixa possuem baixo risco de crédito e não foram registadas perdas de crédito esperadas contra esses saldos.

### Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

	2023	2022
	USD	USD
Cientes (Nota 14)	14 639 294	16 533 154
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	171 988 922	154 556 309
Exposição líquida	186 628 216	171 089 463

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited. A maturidade de saldo dos clientes à data de relato era:

	2023	2022
	USD	USD
Não vencido e nem em imparidade	14 639 294	16 533 154

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 84% (2022: 82%) do rédito da empresa e 66% (2022: 72%) dos clientes devedores em 30 de Junho 2023. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de negócio com o consórcio.

A classificação e a taxa da Perda de Crédito Esperada são calculadas para cada crédito com base na experiência real de perda de crédito e tendo em vista que, para essas demonstrações financeiras, é utilizada uma presunção de baixo risco de crédito.

As informações prospectivas são consideradas com base nas análises e previsões económicas, considerando os dados de recursos confiáveis, relatórios específicos de capacidade de crédito e avaliação de eventos que possam pôr em causa a credibilidade das partes envolvidas.

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos com boa classificação de crédito. A ECL sobre caixa e equivalentes de caixa é mensurada com base em exposições de vencimento de curto prazo. A Companhia acredita que seu caixa e equivalentes de caixa apresentam baixo risco de crédito com base nas classificações de crédito externas das contrapartes. A Empresa utilizou abordagem semelhante para avaliação de perdas de crédito esperadas em títulos do tesouro em termos de caixa e equivalentes de caixa.

### 26.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão de risco de liquidez é de assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, quer em condições normais ou de tensão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou criar danos à reputação da Empresa.

O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo. Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço de obrigações financeiras. As maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo as datas de pagamento estimadas são as seguintes:

	Quantia escriturada USD	Fluxo de Caixa Contratual USD	6 meses ou menos USD	06-12 Meses USD	1-2 anos USD	2-5 Anos USD
<b>30-Jun-23</b>						
Passivos financeiros não derivados						
Cientes e outras contas a pagar (Nota 18)	( 8 233 620)	( 8 233 620)	( 8 233 620)	-	-	-
	( 8 233 620)	( 8 233 620)	( 8 233 620)	-	-	-
	Quantia escriturada USD	Caixa Contratual USD	6 meses ou menos USD	06-12 Meses USD	1-2 anos USD	2-5 Anos USD
<b>30-Jun-22</b>						
Passivos financeiros não derivados						
Cientes e outras contas a pagar (Nota 18)	( 8 766 072)	( 8 766 072)	( 8 766 072)	-	-	-
	( 8 766 072)	( 8 766 072)	( 8 766 072)	-	-	-

### 27. Eventos Subsequentes

Após 30 de Junho de 2023 até à data de relato, não ocorreram eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.

### 28. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Agosto de 2023.